

---

## **027ª SESSÃO ORDINÁRIA – 07ABR2014**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Grande Expediente.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, quero aproveitar os meus 15 minutos de Grande Expediente para falar um pouco do PLE nº 041/13, que, como Secretário da Assistência, presidindo a Fundação de Assistência Social e Cidadania, nós apresentamos para a Câmara, no final do ano passado, propondo a reorganização da Fundação de Assistência Social e Cidadania e a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – como uma política pública do Município, já que é uma política nacional que foi criada através da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Há oito anos o Governo Federal já vem trabalhando na diretriz nacional da implantação do Sistema Único de Assistência Social na cidade de Porto Alegre, e, quando assumi a Fundação, em 2009, tínhamos esse grande desafio de fazer a implantação, Ver. Engº Comassetto, do SUAS na Cidade, que é uma diretriz nacional, se não me engano, desde 2005. Porto Alegre, desde 2009, fez um trabalho intenso; e, no final de 2010, nós já estávamos fazendo a implantação, de fato, do Sistema Único de Assistência Social na cidade de Porto Alegre. Até então, tínhamos os Centros Regionais de Assistência Social, onde todas as complexidades se misturavam nos seus atendimentos. Com a implantação do SUAS, nós reorganizamos os espaços e abrimos 22 Centros de Referência de Assistência Social, onde se faz a proteção social básica, atendendo os beneficiários do Bolsa Família, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma parceria muito forte que temos com as entidades não governamentais na cidade de Porto Alegre, onde, hoje, atendemos em torno de 15 mil crianças e adolescentes no turno inverso escolar. Também buscamos, em parceria com a

---

Secretaria do Trabalho, oferecer em torno de 5 mil cursos profissionalizantes no Sistema S, através do programa Pronatec, que temos hoje em funcionamento em Porto Alegre.

Também temos o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família, onde atendemos em torno de 45 mil famílias nos 22 CRAS e nos Serviços de Atendimento de Família. São 45 mil famílias que, hoje, são acompanhadas pela Assistência Social na Cidade.

Com isso, nós abrimos nove Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que não existiam na cidade de Porto Alegre, que atendem as famílias, as crianças e os adolescentes em cujas famílias já existe algum grau de risco e vulnerabilidade maior.

O serviço prioritário é o Programa de Atenção Especializada das Famílias e Indivíduos, onde atendemos, Ver. Cecchim, em torno de mil usuários em situação de rua, hoje, na Cidade, através dos nossos abrigos, dos nossos albergues e dos Centros Pops que atendem a população em situação de rua.

Através dos nossos CREAS, temos, também, o Serviço Especializado de Abordagem Social, que atende os adultos em situação de rua. Quando as pessoas verificarem qualquer pessoa em situação de rua, podem ligar para o número 32894994, que teremos à disposição nove equipes de assistência social, com educadores, técnicos sociais, psicólogos e assistentes sociais, que fazem as abordagens sistemáticas nas ruas de Porto Alegre.

Também temos o Programa Ação Rua, que são 14 equipes que trabalham exclusivamente para o atendimento de crianças e adolescentes no turno inverso escolar. Este projeto foi feito na gestão anterior do Prefeito Fogaça, em 2007, demos continuidade e ampliamos este programa na nossa entrada, e hoje tem um grande resultado na cidade de Porto Alegre, porque praticamente não temos mais crianças e adolescentes nas sinaleiras e ruas de nossa Cidade. Ainda temos um grande desafio, que é a busca da erradicação do trabalho infantil em nossa Cidade, e estamos trabalhando muito forte com todas as áreas. Também temos um serviço de proteção social a adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas por cometerem algum tipo de ato infracional de pequeno porte, que são todos encaminhados aos nossos Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Também com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, nós dividimos a proteção social especial em média complexidade, como já falei, e em alta complexidade, que realmente já é um nível de proteção para garantir o atendimento integral aos indivíduos que romperam com suas famílias e que

---

realmente estão numa situação de vulnerabilidade, de risco total, que são os abrigos que temos hoje na Cidade de Porto Alegre: um abrigo de pequeno porte para famílias, onde atendemos e acolhemos 20 pessoas entre cinco famílias, crianças e adolescentes; temos o Abrigo Marlene e o Abrigo Bom Jesus, e cada um tem a capacidade para atender 60 indivíduos na Cidade. Temos também os nossos albergues: o Albergue Municipal, que atende diariamente 120 adultos em situação de rua que procuram esses equipamentos por livre e espontânea vontade; o Abrigo Marlene, que é conveniado com a Fundação, que é aqui na Av. João Pessoa; e temos também o atendimento que fizemos no ano passado, quando abrimos duas repúblicas em parceria com a Central Única das Favelas, que ganhou o edital de licitação. Também nesta área temos o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, no qual avançamos muito nos últimos anos, a Ver.<sup>a</sup> Sofia sabe bem dessa matéria, o quanto a gente atuou, inclusive na Casa Amarela, que não tinha convênio com a Prefeitura e foi uma das parceiras novas ao longo de 2009 a 2013, quando abrimos 38 novos equipamentos, entre casas lares e abrigos residenciais. Quando chegamos na Fundação, nós tínhamos em torno de 30 unidades de acolhimento de crianças e adolescentes, e hoje temos 68 unidades, abrindo 38 unidades ao longo dos últimos cinco anos. Mas o principal desse atendimento e desse acolhimento foi que nós acabamos com os abrigões de grande porte, onde nós tínhamos até cem crianças e adolescentes sendo atendidos nas casas de abrigo.

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu quero cumprimentá-lo pelo trabalho que a FASC vem fazendo, mas eu tenho uma dúvida com relação aos moradores de rua: eu estou informado de que o Ministério Público tem dificuldade em permitir a retirada de moradores de rua doentes, aidéticos, dependentes de droga, para internação ou para recuperação da saúde. Que informações o senhor tem neste momento sobre esse assunto?

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Ver. Nedel, eu acho que esse é um ponto muito interessante, é uma discussão que esta Câmara precisa aprofundar, porque todas as pessoas hoje têm o direito de ir e vir. Inclusive, há uma discussão muito forte no Código de Posturas da Cidade sobre a forma de atuarmos nessa área. A FASC faz o trabalho de intervenção, da abordagem social, e tenta, através do convencimento e da abertura dos espaços públicos,

---

fazer a reinserção social. Agora, essa questão da pessoa que tem uma doença e não está com a sua formação mental, essa é uma discussão que nós precisamos avançar: se ela pode fazer a internação compulsória ou não. Mas é uma discussão que nós precisamos fazer, e com muita brevidade.

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Kevin, quero aqui cumprimentá-lo pela sua prestação de contas e dizer que um trabalho fundamental é o Cadastro Único, que a partir das políticas sociais, principalmente do Bolsa Família, exigiu que União, Estado e Municípios trabalhem em consonância. E daí derivou para outros problemas, como o senhor bem relatou. Mas eu quero me referir a um especificamente, que é recente, que é o Minha Casa, Minha Vida Entidades, porque agora as entidades têm que fazer o credenciamento. A porta de entrada é justamente a FASC no Município. Então, eu lhe trago este tema, porque como está em implementação precisamos também construir essa sua qualificação dentro do Cadastro Único, até porque, ganha-se a casa uma vez, não podendo vendê-la, como muitos fazem até então. Muito obrigado.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sem dúvida nenhuma, Ver. Engº Comassetto, o Cadastro Único foi um programa interessante e importante que o Governo Federal fez. Além do benefício do Bolsa Família, hoje, através dele, nós temos toda a possibilidade de garantia de direito, entre tantas outras, além do Minha Casa, Minha Vida, do próprio Bolsa Família, a questão da energia elétrica, a questão da carteira de trabalho em relação às empregadas domésticas, entre tantos outros benefícios do Governo Federal. E a organização desse sistema foi fundamental, porque, hoje, a cada criança e adolescente que não vai à escola, o computador da FASC apita, e essa família é assistida pelos técnicos sociais, assistentes sociais e psicólogo, que fazem a visita domiciliar e todo o trabalho de retorno dessa criança e desse adolescente às unidades de saúde. Para que essa família continue recebendo o benefício do Bolsa Família, ela deve estar com seu filho estudando – a gestantes devem fazer o pré-natal – e deve fazer a pesagem de todas crianças de zero a sete anos. Então, sem dúvida nenhuma, foi um avanço importante o Cadastro Único e os benefícios do Bolsa Família.

---

E nós teremos, ao longo deste ano – eu acredito que ainda no mês de maio –, a votação deste PL nº 041/13, que vai reestruturar toda a Fundação de Assistência Social e Cidadania, de acordo com a norma operacional básica, que exige dentro dos CRAS, dentro dos CREAS, dos abrigos, das casas lares, uma equipe técnica que possa, realmente, dar a melhor qualidade de serviços prestados à população. Esse projeto – que nós apresentamos ainda como Secretário da Pasta da FASC –, reestrutura toda a organização da Fundação de Assistência Social e Cidadania. Nós diminuiremos os cargos em confiança de 47 para 43, e criaremos as Funções Gratificadas para que possamos valorizar os servidores do quadro e quem coordena os equipamentos de ponta, os nossos CRAS, os CREAS, os abrigos, os albergues, ou seja, todos os nossos atendimentos e serviços que prestamos hoje na cidade de Porto Alegre, que, sem dúvida nenhuma, avançaram muito nos últimos anos, mas necessitam da aprovação deste Projeto de Lei, que vai fazer a grande diferença, e, aos poucos, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, diminuir o número de convênios e contratos que temos na FASC valorizando os servidores públicos porque estaremos, além de reorganizando as funções gratificadas, diminuindo de 47 cargos de confiança para 43. Criaremos em torno de 600 cargos novos para servidores públicos, que atuarão diretamente nos serviços prestados à comunidade da nossa Cidade, aquela que, sem dúvida alguma, mais precisa dos serviços públicos da área da assistência social, Vereador-Presidente, nosso querido amigo Mauro – que, sem dúvida alguma, também atua nas áreas da periferia e sabe o quanto a assistência social tem crescido na Cidade. Esse projeto necessita do olhar especial dos nossos Vereadores porque a Fundação precisa se reorganizar e valorizar os serviços e os servidores públicos que, sem dúvida alguma, fazem, mantém a história da cidade de Porto Alegre e mantêm os atendimentos e serviços prestados para a nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra em Grande Expediente.

---

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, dois assuntos me trazem a esta tribuna neste Grande Expediente, e falo, naturalmente, em meu nome e em nome do meu Líder, Ver. João Derly. São dois assuntos que caminham juntos: um, o papel do nosso Partido, o PCdoB, no processo de seus 92 anos de vida e no processo da resistência democrática contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, dois elementos que fazem com que hoje o nosso Partido centre as suas forças para garantir os avanços que estamos conquistando no Brasil. O outro assunto não poderia deixar de ser a saúde. Hoje é o Dia Mundial da Saúde, 7 de abril. Sem dúvida, como farmacêutica, e daqui a pouco, representando esta Câmara, Ver. Mauro, e também a União dos Vereadores do Brasil, vou a Brasília, porque amanhã, de manhã cedo, nós já temos atividades importantes do Conselho Nacional de Saúde e Movimento Saúde + 10, em que teremos dois momentos: uma plenária geral e, depois, vamos tomar lá o Congresso Nacional para garantir a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que, aliás, todos os Vereadores e Vereadoras desta Câmara assinaram, e que colheu 2 milhões de assinaturas, para garantir os 10% das receitas brutas da União para a saúde no nosso País.

Depois, vou distribuir aos Vereadores o jornal dos 92 anos do PCdoB, muitos Vereadores com os quais militamos juntos nessa luta – os mais antigos – e hoje estamos novamente aqui. O papel do nosso Partido na resistência democrática, porque a luta que derrotou a ditadura foi muito grande, mas ela foi uma luta que uniu o povo brasileiro bem como outras forças.

O PCdoB, que perdeu nesse processo quase uma centena de dirigentes do Partido e de militantes assassinados pelo regime, participou ativamente dessa jornada. Eu venho daí, venho do movimento do enfrentamento da ditadura, da resistência e vivenciando todo esse processo que, felizmente, com a luta do povo brasileiro, chegamos a essa etapa ainda da democracia.

Desde a defesa do nosso Partido, da união dos brasileiros, já em 1966 – portanto, dois anos depois da ditadura, do golpe militar –, passando pelas manifestações de rua, pelas denúncias no parlamento, muitos parlamentares – inclusive, neste parlamento, vivenciei ainda a ditadura militar como Vereadora aqui; pelo voto, quando a oposição concentrada no então MDB, já em 1978, teve uma vitória importante e, depois, em 1982, também; pela imprensa alternativa e até imprensa clandestina como a nossa, do Jornal Tribuna da Luta

---

Operária; e por uma rica produção cultural de protesto e contestação, o nosso Partido não arredou pé de todas essas lutas.

Nós fomos os ideários, os que idealizaram a Guerrilha do Araguaia e sempre nos orgulhamos desse processo, nós nunca escondemos a nossa história, nos orgulhamos dela. A Guerrilha, dirigida pelo PCdoB, foi um episódio de resistência, que mobilizou brasileiros e brasileiras contra a repressão entre o final dos anos de 1960 e o ano de 1974. Não vamos esquecer que a luta pela anistia foi um ano depois de 1975. As Forças Armadas, para combater a Guerrilha, tiveram de empregar um efetivo de 12 mil homens, sendo a maior mobilização militar brasileira desde a 2ª Guerra Mundial. No início de 1972, eram 69 guerrilheiros – poucos guerrilheiros sobreviveram. Eu quero, aqui, lembrar um deles: o João Carlos Haas Sobrinho, a quem conheci e com quem militei – eu como funcionária da UFRGS, e ele como estudante, ainda no início da década de 1960, antes da ditadura. Também quero lembrar o Cilon da Cunha Brum, de São Sepé. No cemitério da cidade de São Sepé há uma sepultura, aberta pela família, à espera do corpo de Cilon da Cunha Brum, desaparecido na ditadura militar.

Uma parte dos nossos guerrilheiros morreu em combate, outra foi presa, torturada, e muitos foram executados, sendo os nossos desaparecidos – até hoje, quase todos os corpos continuam desaparecidos. Centenas de moradores que apoiavam os guerrilheiros ou que eram suspeitos de fazê-lo também foram vítimas da violência dos militares, dos camponeses do Araguaia – a quem eu também rendo a minha homenagem. Mas a Guerrilha, mesmo derrotada militarmente, cumpriu um papel relevante na luta contra a ditadura.

Então lembrei alguns nomes, aqui, e quero lembrar, também, que, na abertura, quando os generais diziam o que estava acontecendo, os comunistas não cabiam... E não cabiam, Vereadores, porque, em dezembro de 1976, a casa onde se realizava uma reunião da direção nacional do nosso Partido, no bairro da Lapa, em São Paulo, foi descoberta pela polícia, cercada, e todos os nossos dirigentes foram metralhados e mortos – como o Pedro Pomar, o Ângelo Arroyo, o João Batista Drummond. Outros quatro dirigentes foram presos e torturados, entre eles: o Aldo Arantes, o Haroldo Lima, o Wladimir Pomar, o João Amazonas – Líder histórico do nosso Partido. Também duas mulheres: a Elza Monnerat e a gaúcha Maria Trindade, cuja resistência foi um exemplo, um farol para nós, com quem convivi por muito tempo, cuidando-a, junto com outros militantes do Partido até o último

---



---

momento, quando adoeceu, envelheceu e fez a sua passagem. Tenho sempre no meu coração a presença da Maria Trindade, que resistiu à tortura e sobreviveu, vindo ao Rio Grande do Sul para continuar a luta pelas liberdades democráticas. Então nós forjamos a nossa história, senhores, a história do PCdoB, junto com as grandes lutas do povo brasileiro. Nunca mais esmorecemos, nós seguimos firmes, até porque, nesse momento, dois pontos nos conduzem nessa luta política, nessa luta do debate de ideias, nessa luta ideológica mesmo, porque nada está pronto e acabado. O Brasil avançou muito, mas nós precisamos e queremos mais, nós, os democratas, os patriotas, a esquerda que resistiu em unidade de ação junto com todos aqueles que estão, hoje, ajudando a construir o Brasil.

Não podemos abrir mão do direito, da memória e da verdade. Esta Casa foi palco, a semana passada, de momentos inesquecíveis também, devolvendo mandatos, com a presença de homens e mulheres que lutaram muito, quase 30 anos depois da redemocratização e 50 anos depois do Golpe. O direito, a memória e a verdade é uma bandeira apenas parcialmente alcançada. O Governo Lula e o Governo Dilma deram passos importantes com trabalho da Comissão da Anistia, com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que esteve aqui conosco, Ver. Mauro, a semana passada, logo depois daquele ato simbólico, importante, em que devolvemos os mandatos, mostrando esse valoroso trabalho. Mas ainda precisa aprofundar mais esse tema, porque há que punir aqueles que cometeram os crimes de tortura e os crimes de assassinato.

E outra questão que está muito presente para nós, neste momento, é ampliar as conquistas e impedir o retrocesso. Uma das missões é a evidência história da recorrente tendência golpista, sempre que existe avanço no nosso País – não esqueçamos por que João Goulart caiu –, das forças reacionárias, das forças que não admitem perder o mínimo de privilégio para que todos tenham direitos para conter ou interromper os avanços sociais e progressistas do País. A mesma visão que veio à tona, por exemplo, em 2005, quando as elites conservadoras tentaram paralisar o Governo Lula, e com a participação intensa dos meios de comunicação.

Por isso, quando falamos em reforma – e é nesse momento que eu quero falar –, nós queremos a reforma política, nós queremos a reforma agrária, a reforma antilatifundiária,



---

a reforma urbana e a reforma da mídia conservadora. São reformas estratégicas para os avanços democráticos do País.

Eu lembrava aqui a tentativa, em 2005, da reação daqueles que não admitem que o povo brasileiro, como um todo, tenha a garantia dos seus direitos, no sentido de que não se aprofundem as mudanças no nosso País. Nos últimos 11 anos do Governo, a democracia político-social, sempre negada ou sufocada na história da República, ganhou força – ganhou força. E isso nós não podemos deixar retroceder, aqueles que sabem o que significa viver numa ditadura militar. Então, é preciso muito alerta, alerta na América Latina, onde vítimas de golpes militares hoje são alvo de uma contraofensiva do imperialismo dos Estados Unidos, que procuram direta e indiretamente desestabilizar a nossa região, sobretudo na Venezuela, na Argentina.

Por isso, ao comemorar os 92 anos, o nosso Partido reflete, sim, sobre os 50 anos do Golpe. Entende que o País mudou muito para melhor, mas hoje ainda existem desafios, nada está pronto, acabado. Os desafios ainda são maiores, é hora de agregar amplas forças políticas e sociais na defesa dos avanços conquistados no Brasil até aqui, para que o nosso País siga adiante com as reformas democráticas, de que já falei, e estruturais de que o povo precisa; com mais desenvolvimento, mais, mais e muito mais democracia, mais progresso social, mais integração com os vizinhos da América Latina, barrando assim todo e qualquer retrocesso das forças internas e externas reacionárias que não admitem o crescimento e a libertação dos povos.

E o segundo ponto que me traz aqui, senhores, neste meu tempo de Grande Expediente, creio que é o primeiro que eu faço desde que entrei aqui, não lembro de ter feito outros, Ver.<sup>a</sup> Séfora... Eu vou cumprimentá-la também, V. Exa. está desempenhando um papel importantíssimo conosco no processo da reforma política, no processo da União dos Vereadores do Brasil, faz parte da comissão das mulheres. Outra questão que me traz é exatamente o Dia Mundial da Saúde, de tanta luta para nós, mulheres, que sabemos, porque somos as cuidadoras deste mundo e somos aquelas que marcamos por último as nossas consultas. Eu me lembrei de trazer aqui uma frase de um grande sanitarista, com o qual tive a honra de lutar junto no movimento da reforma sanitária, na luta contra a ditadura, na década de 1970, que é o David Capistrano da Costa Filho, que já faleceu: “O combate por um novo sistema de saúde no Brasil [quando estávamos construindo o SUS] é também um combate para a gestação de uma nova cultura sanitária, é uma batalha

---

pág. 9

---

institucional e, ao mesmo tempo, uma batalha política e de ideias”. Dessas batalhas o nosso Partido participa, o PCdoB. Há uma crise na saúde, não há dúvida, em todo o nosso País, porque há aqueles que querem impedir que o SUS aconteça. Eu tenho dito, muitas vezes, como farmacêutica, com a experiência que tenho tido dentro da Saúde, há 30 anos dentro da universidade trabalhando só na Faculdade de Medicina e na minha Faculdade de Farmácia, que a crise existe, mas não podemos ter dúvida em nenhum momento, ainda mais neste momento, de que o SUS se constituiu desde o movimento da reforma sanitária passando pela 8ª Conferência – ele foi construído com muita participação popular – chegando na Assembleia Nacional Constituinte como o maior projeto público de inclusão social no Brasil.

Por isso, quero dizer neste Dia Mundial da Saúde que é necessário que todos os Poderes constituídos enfrentem o desafio do cotidiano em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em todas as capitais, cidades e em todo o Brasil de avançar no significado estratégico do Sistema Único de Saúde para o desenvolvimento do nosso País. Então vamos reforçar o SUS.

Eu estou indo a Brasília, amanhã, para participar do Conselho Nacional de Saúde, representando o Movimento Saúde+10, aqui do Rio Grande do Sul. Todos os Vereadores assinaram o projeto de lei de iniciativa popular para uma audiência pública no Congresso Nacional para que esse projeto seja colocado em pauta. Um projeto que garantiu mais de dois milhões de assinaturas – até hoje não teve outro igual de iniciativa popular – tem que ser colocado em pauta para termos 10% da receita tributária líquida da União para a Saúde em todo o Brasil.

Finalizo o meu pronunciamento, que fez o resgate, um pouco, sobre os 50 anos de história do Brasil, onde está incluída também a luta pelas liberdades democráticas, a luta por saúde para que o povo – com saúde – possa lutar ainda mais pelos seus direitos e por suas liberdades democráticas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Ilustre Presidente Professor Garcia, Vereadores e Vereadoras, daqui a pouco iremos votar o projeto que altera parte do Plano Diretor que dispõe sobre os recuos de ajardinamento, sobre os muros na frente dos recuos de ajardinamento. O Plano Diretor diz que esses muros têm que ser de até, no máximo, 60 centímetros fechados e, após, têm que ter grade, têm que ter visibilidade. No Plano Diretor já há duas exceções: são os estabelecimentos de ensino e os templos.

A pedido da Secretaria de Urbanismo, para atender aos empreendedores de alguns ramos, foi-me solicitado esse projeto, que inclui além dos estabelecimentos de ensino e os templos, as atividades industriais, transporte de cargas ou valores, hospitais, conventos, seminários, quartéis, presídios e órgãos de segurança. É extremamente importante esse projeto, porque isso tem trancado, tem dificultado os empreendedores que precisam ter as suas empresas protegidas por um muro indevassável, como, por exemplo, as transportadoras de valores, em que os veículos ficam estacionados no pátio e, se tiver visibilidade para dentro, fica muito fácil programar alguma atividade ilícita; assim como os estoques das empresas industriais e também dos órgãos de segurança.

Nos próprios presídios, senhoras e senhores, não são permitidos muros. Mas claro que, hoje em dia, há muros bem mais altos, bem mais elevados. Se os presídios precisassem de habite-se, não seria concedido. Mas as empresas de transporte de cargas e valores precisam desse habite-se e, para receber essa autorização, elas precisam demolir o seu muro atual, ficando devassáveis. E depois de obter o habite-se, provavelmente, essas mesmas empresas reconstruíram novamente os muros em desacordo com a legislação. Então, para evitar que isso aconteça, nós vamos abrir essas exceções específicas para empreendedores, para estabelecimentos objetivos e declarados. Nós, Vereadores, que temos o compromisso com o desenvolvimento da nossa Cidade, com a diminuição da burocracia excessiva, temos esse compromisso. Portanto, eu faço um apelo aos Vereadores e às Vereadoras para que aprovem esse projeto para o bem da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** (15h) Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

O Ver. Mauro Zacher solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 7 de abril a 5 de outubro de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Mario Fraga, nos termos regimentais.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento):** Presidente, eu gostaria de solicitar um minuto de silêncio em homenagem à memória e à vida do grande ambientalista Augusto Carneiro, fundador da Agapam, companheiro de luta do Lutzenberger, que, infelizmente, faleceu nessa madrugada.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** E um dos grandes colaboradores desta Casa nos projetos ambientais. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o PLCL nº 012/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 17 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Eu só gostaria de informar que vou solicitar renovação de votação desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Pode fazê-lo. Por gentileza, faça a documentação, Vereador.

Em discussão o PLCE nº 003/14. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/14.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero me pronunciar a respeito do projeto do Executivo Municipal, que, na verdade, busca fazer

---

---

uma correção em um projeto de lei já votado por esta Casa, sancionado no dia 28 de setembro de 2012, que estabeleceu as diretrizes para a implantação da infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo de 2014, bem como para a implantação do sistema BRT e do metrô em Porto Alegre.

Nós votaremos favoravelmente ao projeto, mas quero aproveitar a oportunidade para fazer uma discussão com os Pares desta Casa sobre uma situação já trazida por nós, aqui, em março de 2013, quando nós dizíamos que todos os projetos contratados pelo Município de Porto Alegre junto ao Governo Federal – portanto, projetos conquistados – não se construiriam no tempo que o Município estava dizendo que os iria realizar. Sempre afirmamos que isso é um problema de gestão pública no Município de Porto Alegre, diferente do que alguns dizem, que é devido à burocracia da Caixa Econômica Federal.

Vejam só, o que estamos votando aqui – e eu já disse que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente – é que este projeto do BRT, num determinado traçado, estava incluído na rubrica, ou seja no dinheiro para a Copa do Mundo, e os projetos da Copa têm que estar executados agora em julho.

Como o Município de Porto Alegre não conseguiu realizar o BRT nessa agenda, ele está pedindo para esta Casa uma autorização para repassar o BRT da rubrica da Copa para a rubrica do PAC2, que tem um prazo mais dilatado, mais estendido. Nós votaremos favoravelmente, mas, prezado Ferronato, essa agenda é uma agenda com a qual esta Casa tem que se preocupar, porque o Município de Porto Alegre está perdendo dinheiro. Dos R\$ 5,4 bilhões já destinados para Porto Alegre, perde dinheiro, Vereadores e Vereadoras, se já não tiverem os projetos aprovados e encaminhados para que esse recurso chegue. Então, na verdade, Ver. Reginaldo Pujol, a agenda é de analisar o cronograma físico-financeiro dos projetos. Por que as obras pararam, de todas as obras de mobilidade urbana? Porque Porto Alegre conquistou o recurso, iniciou as obras com a contrapartida de seus recursos próprios, gastou todo o dinheiro e não conseguiu elaborar os projetos e aprová-los em tempo hábil para a liberação do recurso para que houvesse sequência nas obras. E aí, infelizmente, quem perde com isso é todo munícipe. Porque quando uma obra é paralisada, para retomá-la, já tem um acréscimo de 20 ou 30% do custo decorrente da desmobilização e mobilização de novo de toda a infraestrutura necessária. Então, nesse caso, o Executivo Municipal, o Prefeito José Fortunati, não tem outra saída a não ser retirar o BRT da rubrica da Copa e trazer para a rubrica do PAC2.

---

Portanto, nós votaremos favoravelmente, mas essa discussão da gestão dos projetos está em aberto. Esta Casa precisa discutir, empenhar-se e ajudar a superar os gargalos. E eu falo isso porque, como conselheiro nacional das cidades, mais de uma vez já me reuni com o Executivo Municipal, com o Líder do Governo e sugeri fazer agenda junto com a estrutura federal para ver onde estão os gargalos e enfrentar isso. Para nós, está no Município, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/14.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós sempre votamos a favor, mas após a licitação começo a ter dúvidas se devemos continuar investindo recursos públicos no BRT, pois a licitação dos ônibus está terceirizando os BRTs.

Essa é a novidade da semana que passou. Nós vínhamos discutindo isso com o Secretário Cappellari nos debates sobre transporte público, que os BRTs, se tudo der certo, se assim forem, vão carregar muito mais pessoas, de uma forma muito mais rápida, pois são ônibus maiores e mais ágeis, portanto ônibus mais lucrativos, inclusive ônibus sem o cobrador na tripulação, porque o Tri vai ser adquirido e passado antes, fora do ônibus – pelo menos esse é o modelo que conheço e ouço falar, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto. Há um investimento muito grande, e não sei que valor se refere o projeto que a gente está votando exatamente, se há uma atualização de valores, mas há um investimento público muito grande nos BRTs, neste novo sistema, um investimento nas paradas de ônibus, um investimento no revestimento, no piso, estamos vendo. Infelizmente não será a empresa pública que vai rodar os BRTs, pois eles estão sendo terceirizados através da licitação.

Eu não consigo entender qual a congruência disso, porque se nós temos claro que o sistema precisa de um parâmetro público, de um parâmetro com absoluta gestão da Prefeitura para que ela controle insumos, para que ela controle desempenho, para que ela possa, diante das concessões, afirmar com convicção determinados itens, critérios, desempenhos de qualidade, de atendimento. Se estamos fazendo profundo investimento via BRTs, por que estamos favorecendo a empresa privada para operar nos BRTs. Essa é

---

a dúvida que eu gostaria que a representação do Governo viesse aqui sanar, porque em todos os debates que fizemos, nós não conseguimos entender por que o Prefeito, uma vez que a Carris não precisa de licitação, a operação Carris poderia ser definida pela Prefeitura como maior do que é hoje, e poderiam ter sido licitadas muito menos linhas e uma cota menor para a empresa privada. Se nós tínhamos, e a Prefeitura tem, o diagnóstico de que a bacia da Carris é muito melhor avaliada – com todos os problemas, Ver.<sup>a</sup> Jussara – do que as três outras, sem dúvida nenhuma. Só pelo ranqueamento das queixas registradas no 156, no 118, a Carris é a menos criticada. Não é que ela não tenha críticas, na proporção de 600 na Zona Sul para 200 queixas no mesmo período na Carris. Bom, se nós temos essa avaliação, que o desempenho público é melhor, é mais satisfatório, por que os BRTs foram licitados, Ver. Kopittke? Esta é a pergunta que não quer calar: por que a Prefeitura está entregando o filé mignon, como a linha Auxiliadora? A linha Auxiliadora, da Carris, está sendo entregue para a terceirização. Por que a Prefeitura entrega o filé mignon do transporte público para a empresa privada? Esta é a pergunta. E eu me pergunto se vale a pena o Governo Federal continuar colocando recursos nessa lógica.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/14.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este Projeto, que acaba de ser encaminhado por duas das mais expressivas lideranças do Partido dos Trabalhadores, mereceu a atenção na Comissão de Constituição e Justiça e nas demais Comissões que examinaram este Projeto em conjunto.

Em verdade, Sr. Presidente, nós estamos vivendo uma situação que é ao mesmo tempo simples e complexa. Decorre da atualização e revisão do chamado Selo da Copa, que colocava até novembro do ano que passou, essa obra nos chamado Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – Gecopa, que fornecia o selo de prioridade para as obras que tivessem esse selo. Evidentemente que os atrasos que ocorreram no Brasil todo a



---

respeito de obras que inicialmente tinham sido capitulados como integrantes do esforço nacional pela Copa do Mundo...Esforço esse que nós todos temos que estar comprometidos, porque a Copa do Mundo foi conquistada pelo Brasil pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e nós, brasileiros, não temos o direito de buscar a sua não realização ou a sua realização de forma positiva, somente porque o PT reivindicou para o Brasil essa Copa. O PT governava este País, como governa no dia de hoje. E se reivindicou internacionalmente essa Copa – e ela foi admitida ao Brasil –, nós temos que fazer todo o esforço possível para que ela se realize, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, ilustre integrante da Bancada dos Trabalhadores, da melhor maneira possível. Não basta chegar alguém e dizer: ora, Pujol, a forma de a gente garantir que a Presidente Dilma não se reeleja é que o Brasil não seja Campeão do Mundo. Aí pode ir tudo à tona. Se esse é o preço, eu sou brasileiro, eu quero que a Dilma seja Presidente por quantos anos quiser, mas quero que a Copa seja a melhor das Copas, como ela pretendia aqui em Porto Alegre. Sabotar a Copa não é um gesto nacional! Como não apoiei esse projeto, seria um gesto absolutamente inconcebível numa Câmara de Vereadores, onde homens e mulheres são responsáveis pelo destino desta Cidade.

O que ocorreu e o que ocorre é que com o efeito do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 703, que prevê de maneira expressa que: “Os traçados viários são os trechos das vias contratados conforme a Matriz de Responsabilidade da Copa do Mundo de 2014 e para os projetos executivos do BRT e do Metrô de Porto Alegre”. O que não mais corresponde à realidade e à evidência é motivo inconstitucional para revogação. Assim se revoga esse fato, Ver. Villela, e com a responsabilidade de outra cidade se aprova o projeto de lei que retira o Selo da Copa, coloca outro selo nos projetos, mas não complica, não modifica as cláusulas contratuais que geraram o contrato inicial; os consolida, os mantém e dá condição de serem executados. Vamos convir, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, todos os empréstimos, com ou sem o selo da Copa, serão ao final pagos pelo Município de Porto Alegre, e quem dá recursos ao Município de Porto Alegre são os contribuintes em geral, nos quais todos nós estamos incluídos.

Por isso, sem nenhuma razão especial, estou aqui sustentando não só o Parecer, Ver. Paulo Brum, que ofereci anteriormente, como também a justeza da aprovação dessa alteração, que é uma adequação que decorre pelas razões que já expliquei, alteração determinada pelo GECOPA e que estamos absorvendo, no presente momento, sem

---

nenhum prejuízo para o Município de Porto Alegre e na expectativa de que isso facilite a liberação do recurso e, por conseguinte, a realização da obra tão esperada, tão desejada e tão cobiçada pela população de Porto Alegre. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/14. (Pausa.) Desiste. Em votação o PLCE nº 003/14. (Pausa.) O Ver. João Derly está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/14.

**O SR. JOÃO DERLY:** Boa-tarde, Sr. Presidente, demais Vereadores, público nas galerias, quanto a esse projeto, mais uma vez Porto Alegre vem perdendo oportunidades na Copa. Outras capitais têm aproveitado muito mais do que a nossa Cidade. Eu até estava fazendo um levantamento de obras concluídas, só não tive tempo de terminar. Outras capitais já têm um número bem superior a nossa tanto em número de obras a serem realizadas como naquelas já concluídas.

A Copa do Mundo é uma janela de oportunidades no setor de turismo e serviços, além do País estar no centro do mundo esportivo, com todos os países com a sua atenção voltada a nós, gerando oportunidades de negócio. Nós ficaríamos aqui um bom tempo apresentando números de tudo o que pode gerar, e tem gerado, ao nosso País, a vinda da Copa do Mundo.

Eu fico chateado, em meu nome e no da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, da nossa Bancada do PCdoB, de termos de votar a retirada dos BRTs do selo da Copa do Mundo. Olhando no Portal Transparência, nós temos aqui a operação do sistema BRT sem previsão de término; a duplicação da Av. Tronco, também sem previsão; a estação de ônibus com acesso subterrâneo à rodoviária, também sem previsão.

Aquilo que seria bom, aquilo que traria benefício para a nossa Cidade, como os turistas chegando, mas, não, eles vão receber o quê? Um canteiro de obras. E, mais uma vez, Porto Alegre perde a possibilidade de mostrar, de ver que há oportunidades. Há pouco tempo, nós estivemos com a CECE visitando os Caminhos Rurais, vendo a beleza que há na parte rural da nossa Cidade, mas, quando os turistas chegam à nossa Cidade, vivenciam, olham canteiros de obras, obras que poderiam estar sendo efetivadas, concluídas para que existisse uma melhora na nossa Capital. Nós sabemos que a Copa

---

do Mundo só acelerou o processo para que pudéssemos estar vivenciando este momento ruim na nossa Cidade, com muitas obras paradas e outras como, BRTs, Av. Tronco e estações de ônibus sem previsão de término, isso me deixa muito preocupado. Apesar disso, nós, como Bancada do PCdoB, eu e a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, vamos votar favoravelmente a esse projeto, porque temos a coerência, mas fica a nossa preocupação, o nosso sentimento por Porto Alegre estar sempre perdendo as oportunidades. E era para que as oportunidades que estão surgindo em função da Copa do Mundo beneficiassem o povo, mas muitos não estão sendo beneficiados com a vinda da Copa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/14.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Nós estamos simplesmente transferindo uma obra, que era uma obra da Copa, para a obra PAC, que diz respeito ao sistema de ônibus rápidos, BRTs. Isto é o que estamos fazendo: retirando da Copa e colocando no PAC. E eu fiz questão de vir aqui para conversar sobre o assunto depois de ouvir a posição do Ver. Comassetto sobre uma questão de projeto, que o Governo errou. O projeto está completamente correto, Ver. Comassetto! Tivemos problemas, sim, no percurso, a começar pela areia – só um exemplo. Portanto, nós, aqui, agora, dissermos que a culpa é de responsabilidade do Prefeito é um equívoco primário, até porque a Caixa Econômica Federal, órgão do Governo Federal, Ver. Villela, também exige um emaranhado de papéis, às vezes – me desculpem –, inúteis. O Brasil é o País do emaranhado de papéis. E, enquanto essa papelada toda não tiver o carimbo certo, na folha certa, enquanto não tiver o mínimo de uma enormidade de carimbistas oficiais, meu caro Ver. Tarciso – e essa matéria eu conheço muito bem –, a burocracia brasileira retarda projetos, processos e obras relevantes. E eu não estou criticando o Governo Federal, estou dizendo que retarda no Município, no Estado e na própria União. Portanto, nós não podemos dizer que, quando há atraso em uma obra federal, a culpa é da Presidente Dilma; não podemos dizer que, se há um atraso no Governo do Estado, a culpa é do Governo do Estado; a mesma coisa em Porto Alegre, são contextos de País. Meu caro amigo Ver. Comassetto, o projeto está e esteve completo, apenas agora, nós estamos modificando, retirando de

---

COPA, colocando PAC, até para melhorar as condições, Ver. Cecchim, operacionais de todas essas obras. Ou saímos correndo feito doidos, atirando tijolo e areia, pedra e brita também – estou quase engenheiro no assunto –, atirando tijolo e brita para acelerar e concluir COPA, ou retiramos da COPA e fazemos uma obra como necessita, correta, e como nosso cidadão e cidadã de Porto Alegre almejam. Boa obra para o Município de Porto Alegre e o seu cidadão. Um abraço a todos e obrigado, e vou votar favorável.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/14.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, acho que o Ver. Comassetto e o Ver. Ferronato encaminharam o assunto, e eu queria, só para ajudar esclarecer, dar dois exemplos: esse exemplo que não deu para fazer ou pela burocracia, seja ela do Governo Federal ou da Caixa, é o mesmo exemplo que a Presidente Dilma prometeu iniciar as obras da ponte em junho, e, agora, os seus burocratas – os nossos ou os burocratas brasileiros – desmentiram a Presidente, dizendo que no mínimo vai quatro, cinco, seis ou um ano para começar a obra. Então ela também vai ter que tirar esta obra da ponte, da matriz eleição 2014, para botar na matriz eleição dois mil e não sei quanto. É a mesma coisa, nós tivemos que tirar da COPA porque não deu tempo; a Presidente vai ter que tirar da eleição porque não vai dar tempo também, infelizmente, pela burocracia. E essas burocracias estão atrapalhando, vejam bem, é um mal danado a burocracia brasileira. Faz mal para todos, para os partidos, para as administrações, para os filhos de futebol, para todos, mas, aqui no Rio Grande do Sul, essa chamada Lei Kiss está complicando a vida de todos. Os nossos bombeiros, nossos heróis bombeiros – e todas as crianças gostam de colocar um uniforme de bombeiro, porque enxergam no bombeiro um herói –, nos últimos anos, foram transformados em burocratas, fazendo e fiscalizando PPCI e esquecendo de apagar incêndio. Não se dá mais importância para apagar incêndio, que é a função primeira do bombeiro. A função primeira de um quartel de Bombeiros é treinar os bombeiros para apagar incêndio, e, antes disso, os Governos têm que dar caminhão e equipamentos, para que os bombeiros possam apagar os incêndios. Mas não, tanto legisladores quanto a própria corporação... Não todos, vejam bem, não

---

pág. 19

---

são os soldados bombeiros, são aqueles oficiais que por um momento são advogados, são burocratas que estão transformando toda a corporação em burocratas. Isso não é demérito nenhum para quem é bombeiro, que tem a missão de bombeiro, só que as legislações, os emaranhados e o faz de conta dos oportunistas estão fazendo com que bombeiro não seja sinônimo de apagar incêndio. Ele não é mais sinônimo de apagar incêndio! Nós temos que ajudar os bombeiros a voltarem a ser o que sempre foram, à sua missão principal, ou seja, apagar incêndios. Os últimos incêndios que ocorreram em Porto Alegre não tiveram a eficiência costumeira dos bombeiros, porque, nos últimos anos, eles foram transformados em burocratas! Em muitas cidades do Interior e até em Porto Alegre tem sargento fazendo vistoria, tem soldado, tenente, coronel, todos preocupados com PPCI. E a coisa principal, a maior preocupação deveria ser água na mangueira em abundância, caminhão preparado, caminhão-tanque em abundância, proteção para os bombeiros, para que eles possam enfrentar os incêndios. E isso todos esqueceram e estão transformando os bombeiros nesses burocratas. Burocracia que fez mal para este projeto que estamos votando, e ele tem que ser transferido. Burocracia que vai fazer mal para a Presidente Dilma, que teve boa vontade de dar ordem de início da ponte, e não vai ser feita por causa da burocracia. E a burocracia atrapalha, muitas vezes, os projetos que fazemos; e as pessoas entendem só pelo lado do não. O não burocrata que temos que parar e dar um jeito de extingui-lo das nossas vidas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/14, pela oposição.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, o Ver. Ferronato e o Ver. Cecchim, que me antecederam, tangenciam o debate e não trazem a centralidade da discussão. O Ver. Ferronato me dá razão, mas, ao mesmo tempo, se equivoca. Por que está saindo da obra Copa? É muito claro, Ver. Brasinha, está saindo da rubrica da Copa porque ela se inicia daqui a um, dois meses e todas as obras com o dinheiro para a Copa teriam que estar prontas na Copa! Mas o Sistema BRT não estará pronto! Faço votos que esteja concluído no término deste Governo na sua totalidade e na sua integralidade.

---

Mas quero dizer que o nó da questão está na deficiência da gestão para elaborar e produzir projetos. Este projeto que estamos aceitando hoje e dando mais uma carta ao Prefeito Municipal foi aprovado em 2012, portanto, há dois anos; e por que não foi realizado? Porque as equipes do Executivo Municipal não se entendem. O Secretário Mauro Zacher estava aqui há poucos minutos e a SMOV não se entende com a SMAM; a SMAM não se entende com o DEP; o DEP não se entende... E isso foi fruto, na CUTHAB, semana passada, onde o DEP disse que precisava dragar o arroio Manecão e o Capivara, e a SMAM, na mesa, não faz, porque não dá licença. Isso é uma incoerência de gestão. E aí, Ver. Cecchim, eu quero dizer isso porque eu fiz reunião no início do ano passado, com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, com a equipe do Gabinete, com o Secretário de projetos Urbano Schmitt, fiz reunião com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério, e propus nós construirmos uma agenda em comum, fazermos um *check list* do início ao fim, para acompanhar onde está o estrangulamento desse projeto, porque a pior coisa que tem é um ficar empurrando para o outro.

Agora, a Caixa não vai liberar o dinheiro se os projetos não estiverem todos aprovados. É esta a primeira questão. Segunda: quando estiver tudo aprovado pelo Executivo Municipal, a nossa tarefa é ir para o Governo Federal, fazer com que a sua agenda aconteça com rapidez. Ver. Cecchim, os senhores têm um equívoco aqui, se um governo não faz uma obra, é porque é incompetente; aí se faz, é agenda eleitoral. Desculpem-me, mas essa é uma agenda do Rio Grande do Sul, construir a segunda ponte do Guaíba, fazer a duplicação da RS 290, é uma agenda do Estado do Rio Grande do Sul. Isso não é disputa eleitoral. É claro que tem que fazer, e o empenho é de todos nós. Não dá para ter a torcida do contra. Não, nós temos que dizer aqui, quando não acontece, o que eu estou fazendo aqui como oposição, que a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores já veio aqui, em março do ano passado, junto com outros, dizer o seguinte: tem dinheiro para Porto Alegre? Tem problema de gestão no Município? Nós estamos disponíveis a ajudar a consertar isso. Até hoje não voltou retorno positivo para que a gente consiga fazer essa interlocução com a Caixa e mesmo com o Ministério das Cidades, para fazer esse projeto andar.

Eu venho dizer aqui: nos colocamos novamente à disposição para isso. Votaremos favoravelmente hoje a esta metamorfose do projeto do BRT que sai da Copa e vai para o

---

PAC II, porque, senão vamos perder esse recurso, e tem R\$ 5,4 bilhões destinados para Porto Alegre. E nossa Porto Alegre tem que ser mais eficiente. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/14.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, caros colegas, muito boa-tarde, desejo uma ótima semana a todos. Eu estou com a camisa já da próxima votação, por favor, não estranhem, não tem relação com este nosso debate do projeto atual. Eu quero começar a minha fala, Brasinha, te pedindo licença, como nosso gremista oficial aqui, sabes que eu também torço pelo Grêmio, mas eu quero começar a minha fala aqui, já que nós estamos falando de Copa, fazendo aquilo que eu sugeri ao Ver. Cecchim há duas semanas, e ele não fez. Eu quero sugerir novamente que ele faça, que é começar o discurso parabenizando os colorados pela inauguração do Estádio Beira-Rio e fazendo o que ele não fez e não faz, porque é mal-agradecido, que é dizer uma frase muito simples, mas muito importante, que é: “Obrigado, Presidenta Dilma Rousseff”! Está lá o Estádio Beira-Rio neste novo momento deste País. Porto Alegre tem agora a Arena e o Beira-Rio não com recursos públicos, mas graças ao Poder Público. Graças a este novo momento de crédito, de crescimento, de obras, e a Copa do Mundo, nesse sentido é importante, sim. E a Cidade pôde comemorar, no final de semana, este novo momento, que vai ser lembrado como a década de ouro. Brasinha, pode anotar aí porque vai ser lembrado este período que nós estamos vivendo como a grande década do crescimento, apesar de alguns só estarem no Governo Federal para pedir cargo, mas quando vem aqui para a tribuna são mal-agradecidos, porque eu duvido que alguma Presidenta ou Presidente da República tenha feito mais pela nossa Cidade do que a nossa Presidenta Dilma. Eu tenho certeza de que, com o andar da carruagem, daqui a três meses, estarão no palanque tentando tirar foto com ela.

E o BRT é mais uma obra, graças a este momento. Eu fui estudando o projeto do BRT e fiquei preocupado. Eu conheço o BRT de Curitiba, de outras cidades do Brasil, também



---

de outros locais do mundo, e o BRT pressupõe duas pistas para o ônibus efetivamente poder andar mais rápido; aqui em Porto Alegre ele não tem duas pistas em nenhum lugar, não tem local de ultrapassagem. Então, queria deixar uma sugestão: em vez de a gente chamar de Bus Rapid Transit – é o que significa a sigla –, temos que mudar para Bus “Lentium” Transit, porque vai ser lento o tráfego do ônibus. Vai ser um ônibus mais bonito, um ônibus maior, mas não vai andar mais rápido, vai ficar “lentium” atrás dos outros, igualzinho temos hoje, com essas filas de mais de cinco quilômetros para entrar no centro da Cidade. E por que isso? Porque não se fez o devido replanejamento do sistema de transporte público da Cidade. Perdemos a oportunidade agora, na licitação, de fazer efetivamente uma transformação do sistema de ônibus para que eles pudessem passar rápido, levando o trabalhador da periferia para o Centro da Cidade com velocidade. Não é isso que vai acontecer, e é uma grande pena.

Sobre as obras da Copa, eu queria só dar um exemplo: em todos esses sete anos, desde que a Copa se confirmou, Ver. Cecchim, o Governo Federal, só para dar um exemplo, fez a BR-448, enquanto Porto Alegre não conseguiu fazer nem um viaduto, nesses sete anos! Nem o viaduto do Beira-Rio acabaram ainda, o jogo inicial da Copa vai estar começando e a Prefeitura vai estar pintando, ali, correndo, enquanto o Governo Federal fez toda a BR-448, que é a maior rodovia construída nesses últimos anos aqui na nossa Cidade.

Quanto aos Bombeiros. Bom, acho que o Vereador não sabe muito bem o novo conceito do papel dos Bombeiros na prevenção... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Como o meu tempo se encerrou, vou deixar para dialogarmos sobre o tema Bombeiros depois, mas não seja mal-agradecido com os Bombeiros como o senhor é com a Presidenta Dilma, e lembre que quem impediu o Mercado Público de ser consumido pelas chamas foram os Bombeiros do Rio Grande do Sul.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/14, pelo Governo.

---

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu já estava inscrito para esta fala antes de ouvir o Ver. Koppitke. Eu não entendi, quando ele falou para que não se fosse mal-agradecido em relação ao campo do Internacional, a quem ele estava se referindo. Eu acho que ninguém tem que agradecer à Presidente Dilma, ela é presidente dos brasileiros – dos gremistas e dos colorados. E, se ela deu um carteiraço para que saísse o Beira-Rio, ela não fez nada mais do que uma obrigação para a nação colorada. E eu sou gremista!

Eu quero dizer também que essa mania de dizer “muito obrigado” à Presidente surgiu agora, com o Ver. Koppitke. Ele inventou a roda também! Era quadrada a roda até o Vereador chegar aqui. Agora que ele inventou a roda redonda, tem que agradecer à Presidente até pelas obras que ainda não começaram. A BR-448 está ainda sendo finalizada. Mas comparar uma obra como a da 448, do Governo Federal, com as ruas de Porto Alegre, com o viaduto perto do Beira-Rio é de uma infelicidade medonha, medonha! Ver. Koppitke, não dá para agradecer; eu não agradeço uma obra que foi prometida em 2010. A Presidente não prometeu agora, prometeu na primeira campanha dela, em 2010. Lembro muito bem a maquete, que não é a mesma de agora... “Vamos fazer a 448!” Bom, fizeram. Mas já vinha lá do Lula a 448! Então se anuncia durante três eleições. A chamada segunda ponte... O Ver. Koppitke estava tão entusiasmado esses dias que falou da terceira ponte!

(Aparte antirregimental do Ver. Alberto Koppitke.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Não se fez nem a segunda, e ele já está prometendo a terceira para a próxima eleição! Aconteceu com a pobre da Presidente: disseram para ela que iam fazer, não fizeram a ponte para a primeira eleição... Vejam bem que a população gaúcha é até muito generosa sem precisar dizer “obrigado”. Nas pesquisas, parece-me que a Presidente está melhor agora do que na eleição que ela venceu para a Presidência da República. Aquilo que ela faz se reconhece; não se agradece porque é obrigação dela! É obrigação de qualquer Presidente, seja Fernando Henrique, Lula ou Dilma, é obrigação! Aqui tem um Estado pujante, tem uma cidade pujante; ela não faz mais do que obrigação até porque não é com o dinheiro dela, é com o nosso dinheiro nosso, dos brasileiros que ela tem que distribuir um pouquinho aqui. Ela distribui lá no Bolsa Família, distribui onde

---

tem que distribuir, mas tem que distribuir aqui para o Rio Grande, sim! Essa ponte tem que fazer porque é estratégica. Não é para as prefeituras ou para os prefeitos do PT, nem do PMDB, nem do PP, ela é uma ponte para o Estado do Rio Grande do Sul. E as obras de Porto Alegre sim, senhor! Se a Presidente Dilma tivesse o empenho que ela teve para fazer o Beira-Rio, nós estávamos com todas as obras prontas. Mas aí o Sr. Arno Augustin não deixou! Esse não deixou! Membro do PT não deixou, trancou! A Presidente Dilma não mandou dinheiro, a Caixa Econômica Federal foi mais burocrática do que tudo, não deu dinheiro de graça para a Prefeitura. Nunca estão dando! Cobram juros como se fôssemos uns pedintes e, ainda por cima, fazem boquinha para liberar o dinheiro, um dinheiro que é legítimo e de direito da cidade de Porto Alegre. Até porque não estamos pedindo favor nenhum, estamos pedindo um empréstimo! O dinheiro da Caixa Econômica Federal é empréstimo para a cidade de Porto Alegre, que tem que pagar religiosamente senão vai para o tal do Cadin, ou porque nome seja, para o SPC, do Governo Federal que, quando eles negam a conta, ninguém os coloca no Cadin! Agora, se o Município fica devendo um pouquinho, já vai para o Cadin. E esse é um motivo para eles atrasarem um pouquinho mais. E é o que tem acontecido com as obras de Porto Alegre, com os tranca ruas da Dilma – não a Dilma, não a Presidente, porque ela não se meteu nisso, mas devia se meter. Ela devia cuidar um pouquinho mais dos tranca ruas que ela tem no Partido, no Tesouro, como o Sr. Arno Augustin que tranca tudo. E a Prefeitura botou o dinheiro na frente e não teve o dinheiro da Caixa Federal. Mas a população está vendo o que está acontecendo, a cada pesquisa que acontece, baixam seis pontos. Até outubro vão faltar pontos!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Vereador. Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o PLCE nº 003/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o Requerimento nº 018/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

---

Em votação o Requerimento nº 023/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 011/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

Em discussão o PR nº 008/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito ao Ver. Delegado Cleiton que assuma a presidência dos trabalhos, pois o próximo projeto a ser discutido é de minha autoria.

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Em discussão o PLL nº 097/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 097/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 097/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação o Requerimento nº 032/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 003/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o PR nº 003/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

Em discussão o PR nº 056/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 037/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 037/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM.**

Em discussão o PR nº 033/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLL nº 257/13 (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 375/13 (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Srs. Vereadores, agora voltamos ao rito normal, e quero agradecer a colaboração de todos; aquilo que foi acordado na reunião de Mesa e Lideranças foi cumprido regimento. Só não coloquei os Títulos de Cidadão por temer que nós não tenhamos o número total de quórum necessário e a votação poderia ficar prejudicada. Mas está acordado que, a qualquer momento – quarta-feira, por exemplo –, quando houver uma votação mais pesada, vamos entrar e votar esses projetos.

Em votação o Requerimento nº 036/14, de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

---

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, a minha participação aqui é rápida; é para pedir sensibilidade, Srs. Vereadores, a essa Moção. Nós temos aqui o edital de maio de 2013, a lista dos 1.053 alunos que passaram nesse concurso, mas, em princípio, somente 700 irão ser chamados. Nós já entramos em contato com a Academia de Polícia, com a Chefia de Polícia e estamos encaminhando um ofício ao Sr. Governador para que ele tenha essa sensibilidade – e sei que terá – para que chame esses 1.053 e, quem sabe, mais, porque nós estamos reavaliando algumas provas e, possivelmente, o número chegue a 1.200, ou seja, quase o dobro do que poderíamos aprovar em um processo de seleção em que todos foram aprovados. Então eu peço a sensibilidade dos colegas para que votem a favor dessa Moção – e eu sei que irão – e a sensibilidade do Governo do Estado – eu sei que terá –, pois não estaremos beneficiando esses 400, 600 alunos, mas a população do Rio Grande do Sul.

E faço aqui uma saudação aos representantes da Servipol, que estão aqui presentes – é uma luta que está sendo travada por essa instituição, que sempre esteve ao lado dos seus pares –, e aos alunos, que estão em poucos aqui presentes, mas que estão com este Rio Grande, lutando para fazerem parte dessa grande instituição chamada Polícia Civil. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, eu quero, antes de mais nada, parabenizar o Ver. Delegado Cleiton pela iniciativa dessa Moção, que é, efetivamente, muito importante para a segurança pública do nosso Estado; cumprimentar os futuros – se tudo der certo – agentes da Polícia Civil e os nossos representantes do Sinpol-RS, categoria e sindicato que sempre estiveram na luta e que nos honram aqui. Tenho muita alegria por partilhar algumas dessas lutas, como, por exemplo, o encaminhamento, na sexta-feira, do justo e equânime reajuste de 15% para a categoria, efetivamente encaminhado pelo Governo para o ano de 2014, ajustando o planejamento que já tinha sido feito quanto aos aumentos, que se encontra em curso.

---

Neste momento em que há essa demanda para o chamamento de mais 500 agentes do atual concurso, eu gostaria de tomar a liberdade de trazer alguns dados para os colegas, porque eu sei que é da preocupação de muitos aqui esse tema da segurança pública, e por isso eu quero trazer essas informações sobre o desenvolvimento, o crescimento, as vitórias que a Polícia Civil, Delegado Cleiton, tem tido nesses últimos três anos do Governo Tarso Genro. São vitórias concretas, não são discursos, e eu gostaria de apresentá-las aos colegas para o nosso debate sobre a segurança pública.

Sobre o concurso que nós estamos debatendo, reparem bem nos números que eu vou falar agora. O Governo Tarso, logo no seu primeiro ano, fez um concurso e contratou 762 agentes para a Polícia Civil, agora já distribuídos e trabalhando para a nossa segurança pública. Ano passado, o Governo Estadual fez um novo concurso, e já estão em processo de formação mais 700 agentes; então, 762 mais 700, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, nós chegamos a 1.462 agentes da Polícia Civil já contratados. E agora, a nossa luta justa, a qual eu modestamente me somo pela importância, por mais 500, para que nós possamos chegar a 1.962 agentes da Polícia Civil, Brasinha, do Delegado Ranolfo, que hoje já é o nome do PTB, uma conquista que o PTB teve – eu queria que ele tivesse vindo para o PT, mas ele foi para o PTB, que tem que comemorar isso. O Delegado Ranolfo fez a maior revolução da história da Polícia Civil, e isso vai ficar lembrado quando vocês entrarem lá – e vão entrar –, pois vocês vão ouvir falar de duas eras: uma era antes, até o Delegado Ranolfo e o Governador Tarso Genro, e a era pós Delegado Ranolfo e Governador Tarso Genro. Antes, eu me lembro muito bem, as pessoas não queriam nem mais ir para a Polícia Civil, porque o salário não valia a pena! Eu anotei aqui que um agente da Polícia Civil ingressava, em 2012, recebendo R\$ 1.900,00, e hoje ingressa recebendo R\$ 3.200,00. É pouco, mas é um valor muito mais digno, é quase o dobro do que se recebia há três anos. E o final, hoje, já está em R\$ 6.300,00. Então são conquistas, isso sem falar dos 48 Delegados já contratados, mais os 18, isso vai nos dar 66 Delegados, que o Governo Tarso também terá colocado, completando o cargo das carreiras dos Delegados. São conquistas da sociedade e de um Governo que efetivamente não quer fazer populismo na segurança; quer fazer investigação, quer modernizar a Polícia, quer que a Polícia efetivamente entre no século XXI, assim como fizemos com a Polícia Federal, que antigamente era usada para fins... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)



---

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Para que tenhamos... Eu tenho certeza de que já estamos neste curso, porque hoje eu sinto um novo ânimo na Polícia Civil, uma Polícia que se sente respeitada, que se sente valorizada. Não adianta vir aqui fazer discurso e nos seus Governos não ter valorizada a Polícia Civil, por isso vamos à luta. Eu quero, sim, além dos 1.462 agentes já contratados pelo nosso Governo, Ver. Cassio, Ver. Brasinha, mais 500 e que vocês tenham uma carreira de muito sucesso, lutando contra a violência no nosso Estado. (Palmas.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, proponente Delegado Cleiton, caros concursados que aqui comparecem, senhoras e senhores, eu quero lembrar ao Ver. Kopittke, que talvez não lembre, que a gestão que deixou marcada a Secretaria da Segurança foi a do desaparecido Secretário José Eichenberg, essa, sim, na época do PMDB, foi uma Secretaria que foi um divisor de águas. Fala-se com qualquer um da Polícia Civil, da Brigada Militar, do Instituto Geral de Perícias, da Susep, e vamos ver isso, não o que o Ver. Kopittke aqui disse, com todo o respeito. Os dados estão aqui. Eu quero compartilhar com quem nos acompanha de casa e com os nossos companheiros da Polícia Civil que aqui vêm, Delegado Cleiton. Nestes últimos três anos, nós tivemos, em termos percentuais sobre o Orçamento, o menor investimento em Segurança pública na história do Rio Grande do Sul. Nós tivemos, desde 2003, está aqui o gráfico com o levantamento. (Mostra tabela.) Em 2003, do orçamento, aplicou-se 7,9%; em 2004, 6,6%; em 2005, 7,4%; em 2006, 7,7%; em 2007, 7,8%; em 2008, 5,7% – tivemos uma queda; em 2009, tivemos um salto novamente de 8%; em 2010, 7,8%; e desde que assumiu o Governo do Partido dos Trabalhadores, nós temos, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Ver. Kevin Krieger, meus Vereadores do PMDB, uma queda vertiginosa nos investimentos de segurança; em 2011, 5,4% – está aqui o recurso; em 2012, 5,5%; em 2013, 5,6%. Está aqui!

Senhoras e senhores, Ver.<sup>a</sup> Séfora, isso se sente nas ruas, se vê nos programas de televisão, como o do seu marido, Mota, se vê em todos os lugares, Tarciso. Nós temos

---

---

tido no Rio Grande do Sul, neste ano, para desespero da Polícia Civil que infelizmente não tem meios para combater, basta ir a uma delegacia de polícia para se ver que a impressora é matricial – daquelas que tem que se botar em uma caixa, ainda! Não tem viatura! O Consepro, que é uma parceria com a iniciativa privada, se desativou por preconceito, porque uns dizem que não se pode misturar o público com o privado. O Rio Grande do Sul, dos Estados da Federação, está aqui a tabela (Mostra tabela.) gostaria que a TVCâmara mostrasse novamente, é o 20º Estado da Federação que menos investe em Segurança pública! Agora se fez um benefício – queremos saudar – para a Polícia Civil, para a Susepe, para a Brigada Militar, mas para pagar até 2018! O atual Governo, no esforço para ter um gesto com a corporação e com a população do Rio Grande do Sul, que ele desatendeu, faz o gesto de cumprimentar com o chapéu alheio, porque não é este Governo que vai pagar o aumento que está sendo dado, pois ele termina agora em outubro; quem vai pagar é o próximo Governo do Estado! O Rio Grande do Sul é o 20º Estado da Federação brasileira em investimento na Segurança pública. Estão aqui os dados, que são estatísticos; basta pesquisar no nosso Orçamento do Estado. A Polícia Civil, em Porto Alegre, há 20 anos tinha um efetivo de 2 mil policiais; hoje tem 1.200! Como vai combater, se o crime cresceu exponencialmente? Se nós temos um latrocínio no Rio grande do Sul a cada – pasmem, porque são famílias que são vítimas da tragédia, meu caro Ver. Brum –, 72h! Não é culpa do PTB, não culpa do Ranolfo, sequer é culpa dos policiais civis, que de novo eu digo: lutam de forma heróica, e o Delegado Cleiton sabe, sem meios, sem estrutura.

A Brigada Militar tem 24.144 homens – deveria ter 35.399 –, sendo que desses vamos tirar daí os 4 mil bombeiros, que não atuam no combate. Então, tem 20.000 brigadianos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Eu concluo, Sr. Presidente, nesse sistema são 20 mil brigadianos – precisava ser 35.600.

Então, Sr. Presidente, eu quero lembrar que nós fizemos uma homenagem neste ano, aqui, ao Delegado José Mariano Beltrame, que é um quadro, com muita honra, do governo do Rio de Janeiro, do nosso PMDB. Naquela oportunidade, o Secretário Beltrame, homenageado pela Câmara, nos disse o seguinte: eu tinha um orçamento de 3 bi, e o Governo me elevou para sete. Então, eu quero dizer que não é mágica. Nós precisamos, sim, é trazer gente, botar para dentro quem fez o concurso, dar meios, fazer

---

pág. 31

---

o cercamento eletrônico das cidades, usar tecnologia, fazer Consepro e enfrentar a questão da Segurança pública, porque esta talvez seja uma das maiores, senão a maior calamidade pública que o nosso país enfrente neste momento. As pessoas estão morrendo todos os dias, desassistidas; os policiais estão morrendo, porque eles não têm meios de fazer o devido processo da repressão criminal, porque para uns repressão é uma palavra feia, ms o crime, Sr. Presidente, se combate com repressão. Polícia é polícia; bandido é bandido, e é assim que tem que ser. Para não falar no sistema, não pude falar na Susepe. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente; Caro Delegado Cleiton, que é da nossa Bancada, eu quero agradecer aos Vereadores Márcio Bins Ely, Nereu D'Avila e Mario Fraga pela oportunidade. Eu quero, é claro, me solidarizar com o Delegado Cleiton, eu que tenho familiares na policial civil e sou membro do IGP também, colega da mesma Secretaria de todos vocês. Quero dizer que, efetivamente, se precisa avançar muito no que se refere tanto à questão de pessoal, quanto à questão tecnológica vinculada, para poder desbaratar o crime organizado. Nós tivemos um grande indicativo do nosso Instituto-Geral de Perícias, uma grande união nesses últimos meses, que acabou culminando com um grito de desespero do IGP e com uma paralisação parcial das atividades.

Os estupros, infelizmente crescem em torno de 39%. A gente observa, no comparativo, que o tráfico de drogas cresce. O roubo de veículos cresce. Para efetivamente poder trabalhar esses dados, diminuí-los e dar uma sensação de segurança e uma segurança efetiva para a população, nós precisamos, sem dúvida nenhuma, investir em nossos quadros funcionais. Não é de forma simples que isso vai acontecer, mas é valorizando os servidores, dando possibilidade para que esses servidores possam executar as suas atividades; só assim nós vamos avançar no que se refere à questão da Segurança pública.

Hoje o crime mudou. Hoje, efetivamente, o que nós vemos em muitas comunidades verdadeiros extermínio de pessoas. Nós vemos pessoas hoje, na rotina do DML, que não

---

são mortas com um, dois tiros, são mortas com 13, 15 tiros. Isso, sem dúvida nenhuma, mostra duas questões importantes: a necessidade de se valorizar um servidor que está indo para essa área, dando a ele condições funcionais para exercer a sua atividade; e outra: infelizmente o inconsciente coletivo mostra que a impunidade tem sido a regra. Para virar essa página, tem-se que acreditar profundamente nos servidores públicos, não só nessa área, em outras áreas. Isso só vai ocorrer na medida em que se valorizar o quadro e se der condições para que esses profissionais possam exercer as suas atividades.

Portanto, Delegado, Cleiton, nos solidarizamos com a sua iniciativa para ser, efetivamente, a prática da Secretaria, trazendo esses servidores concursados, que já passaram por todo o processo seletivo, pelas provas de títulos, para que possam assumir as suas funções na nossa Secretaria de Segurança. A segurança precisa, os servidores também necessitam, mas a maior beneficiada de tudo isso vai ser a sociedade gaúcha.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente, Ver. Garcia; Vereadores, Vereadoras; pessoas que nos assistem; eu não sou candidata a nada este ano, graças a Deus, até porque abro a alma e falo aqui com toda a tranquilidade que eu me sinto indignada, desiludida com este Governo e com todos os outros governos em relação a como tratam a segurança pública. Segurança, como eu tenho dito, só é prioridade em época de campanha. Aí as pessoas sobem à tribuna, fazem discursos dizendo que vão investir tanto, vão abrir concurso, vão arrumar delegacias. E nada acontece, é uma vergonha!

Por outro lado, a gente assiste às autoridades aconselharem... Para não dizer que sou eu que estou falando: “As autoridades policiais aconselham as pessoas que são assaltadas a não reagirem no momento em que são abordadas pelos ladrões.” É claro, não podem reagir! É só o que eles sabem fazer, sabem por quê? Porque não tem efetivo, porque não tem investimento, porque não tem delegacias! Eu mesma, esses tempos, fui fazer uma ocorrência na delegacia da Av. Protásio Alves, e o coitado do escrivão me disse: “A

---

senhora, por favor, pode xerocar o material ali do lado?” Aqui na Protásio, porque eles não têm impressora, não têm material, não têm condições! Não, não têm, eles não têm nada! E o PT, o Governo vem me dizer que investe em segurança?! É o pior governo para a segurança pública! Basta ver que estão aí homens que passaram de uma forma honesta, competente num concurso com 55% do efetivo ideal! Ora, pessoal, esse povo do Rio Grande do Sul nunca mais bota o PT no Governo! Porque isso é vida! Não existe saúde sem segurança! Não existe estudo sem segurança, educação! Não existe comércio, não existe nada! Para um médico ir a um posto de saúde é necessário que haja segurança, senão o paciente não vai, o médico não chega! Para estudar num colégio, a criança não vai, o professor também não! Ora, não sou eu que estou dizendo, não é a Mônica Leal, a filha do Coronel Leal, que, com muito orgulho, foi Chefe de Polícia deste Estado, Secretário de Segurança, e investiu nessa segurança! Para mim, segurança não tinha que ter sigla partidária, nem ideologia política, tinha que se sobrepôr a isso porque são vidas! Agora, vejam bem: “Violência no Rio Grande do Sul, 20 de fevereiro, um latrocínio a cada 41 horas no mês de fevereiro”. E aí nós assistimos aqui, o Delegado Cleiton me entrega aqui uma Moção de Solidariedade, dos mais de mil e duzentos aprovados, aptos a ingressarem nos quadros da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, apenas um pouco mais de setecentos foram chamados para realizar a formação junto à Acadepol. E nós sabemos que há condições de logística, de tecnologia, de tudo. Por que não fazem? Porque não querem. Porque não têm interesse nenhum em investir em segurança. Segurança não é para amador. Segurança é coisa séria! É vida! Então, eu subo a esta tribuna para dizer que dados não me faltam. Mas o Ver. Valter Nagelstein falou muito bem do efetivo que está aquém do necessário, o Delegado Cleiton também, todos que vieram aqui, a não ser o Ver. Kopittke, que não deve habitar na mesma terra que a minha, deve estar num planeta superior, porque eu não vejo um policial, um investimento, um brigadiano nas ruas. E não vejo investimento da Polícia Civil. E vou além. Agora, pasmem, com o que vou ler aqui: “Sexta-feira, o Comandante da Brigada da Capital disse que iria avaliar a lei das máscaras”. Com todo respeito que tenho ao Comandante, não tem que avaliar coisa nenhuma! Quem avalia lei é o Tribunal de Justiça, e se incitado for! Comandante tem é que cumprir a lei, sob pena de ser responsabilizado por qualquer coisa que acontecer. Mas essa é a segurança do Rio Grande do Sul! O Governador recebe Bloco de Lutas! Então, nós vamos querer o quê?

---

pág. 34

---

Nunca pensei que fossem aprovar o meu projeto e aplaudir. Mas isso é para vocês terem uma ideia de como é tratada a segurança... (Som cortado por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento)...Para concluir, o que está aqui neste folheto é a maior prova do descaso do Governo do Rio Grande do Sul para com a segurança, da mesma forma que para o Departamento de Criminalística do IGP, que foi fechado pelas péssimas condições daqueles 256 funcionários que bravamente tentavam trabalhar e que elucidavam crimes de uma forma que nos orgulhava. Obrigada. (Palmas.)  
(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14, pelo Governo.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa-tarde. Cumprimentando os servidores da Acadepol, em nome da situação, gostaria de fazer algumas colocações.

Em primeiro lugar, Delegado Cleiton, pode contar conosco, tanto a Ver.<sup>a</sup> Mônica quanto todos os integrantes do Partido Progressista: sem dúvida nenhuma, iremos votar a favor deste movimento em relação aos concursados que aguardam nomeação e o chamamento imediato para ingresso na formação da Academia de Polícia.

Mas há algumas questões que são importantes de serem colocadas. Acho que o Ver. Valter, a Ver.<sup>a</sup> Mônica e o Ver. Cecchim já fizeram algumas colocações importantes em relação à segurança pública, de como os investimentos nessa área diminuíram nos últimos anos e neste último Governo. A média de investimento está em 5,5% do Orçamento, e, nos governos anteriores, ela era, em média, em torno de 7, chegando até a 8%.

Quanto à questão dos latrocínios, hoje, no Rio Grande do Sul, a cada 72 horas, nós temos um latrocínio.

Mas uma das coisas que têm me preocupado – e os Vereadores do PT teriam que nos ajudar junto ao Governo do Estado, Ver.<sup>a</sup> Sofia – é o atendimento nas Delegacias das Mulheres, um investimento importante que foi feito no Governo do Estado e que está retrocedendo nos últimos dias e nas últimas semanas. Todos os casos da Delegacia das

---

Mulheres, que atendia prioritariamente as mulheres, estão retornando para os distritos, porque a Delegacia da Mulher não tem servidores suficientes para fazer esse atendimento prioritário nas Delegacias da Mulher. É importantíssimo fazer essa verificação junto ao Governo do Estado porque a Lei Maria da Penha é uma lei fundamental na defesa dos direitos da mulher e está retrocedendo, pois todas as demandas e ocorrências que as mulheres estão levando às Delegacias da Mulher estão voltando para os distritos de polícia e não estão mais sendo tratadas como prioridade neste Governo. É fundamental a nomeação dos servidores para as delegacias de polícia, porque isso, sem dúvida nenhuma, está ocasionando a falta de prioridades nas investigações e as mulheres merecem atenção especial, como todas as demais investigações, mas essa é uma área delicadíssima, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. Avançamos muito, nos últimos anos, em relação ao atendimento prioritário da mulher, com o apoio da Lei Maria da Penha, mas estamos vendo, nos últimos dias, um retrocesso significativo no atendimento das mulheres no nosso Rio Grande. É importante que isso seja revisto porque, se deixarmos, Ver. Tarciso, de atender rapidamente, poderemos ter casos sérios de violação dos direitos das mulheres. É importante que o Governo do Estado reveja essa posição de retomar a prioridade no atendimento às mulheres do nosso Rio Grande do Sul. Sem dúvida, são políticas públicas que precisamos olhar com muito carinho, colocando como prioridade. Contem conosco, contem com o apoio do Partido Progressista e de todos os Vereadores da nossa Bancada nessa importante Moção de Solidariedade que o Ver. Delegado Cleiton propõe neste plenário.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, senhoras e senhores, quero registrar a presença dos habilitados e aprovados no concurso, e dizer que vamos votar favoravelmente ao nosso Requerimento, e dizer da importância dele. Quero dizer a vocês que sou funcionário público da Fazenda do Estado, recentemente me aposentei, trabalhei 30 anos ou mais com concurso público. Há pouco tempo um conjunto de aprovados no concurso da Receita Estadual me procurou para fazer um movimento para que eles



---

fossem chamados a assumir na Fazenda do Estado, e, a partir de uma conversação que se teve com o Governo, eles foram chamados. Tenho certeza de que o Estado, o Governo, a Fazenda estão bastante satisfeitos com o chamamento desse pessoal novo que assume os cargos na Fazenda, porque servidor público aprovado em concurso, sangue novo nos nossos órgãos, secretarias, departamentos, etc, isso é positivo para o Estado e também é positivo para a sociedade. Então quero dizer que esses jovens que assumiram lá na Fazenda estão hoje prestando um serviço de alta relevância para o Estado do Rio Grande do Sul, e é por isso que me somo a vocês. Tenho certeza de que mais servidores na Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, volto a dizer, é positivo para o Estado e para o cidadão gaúcho, para a cidadã gaúcha. Nós vamos votar favoravelmente, e estamos juntos nesta caminhada porque eu sou funcionário público há mais de 40 anos, e o desenvolvimento, os melhores serviços que a população clama são executados e desenvolvidos pelo servidor público. Então, se há necessidade de mais serviços de segurança pública, e é notório que há, a presença de vocês no serviço público é fundamental. Foi assim que falei quando se tratou do ingresso de servidores da Fazenda. E tenho certeza que esta também é a minha posição neste momento. Portanto, trazendo um abraço a vocês, eu quero cumprimentar o Delegado Cleiton, que apresenta esta Moção. E não é apenas um sim ou não, precisa ter a vontade, a visão, a consciência, o saber. E, se nós estamos favoráveis, votamos favoráveis, porque acreditamos que o Estado precisa, para melhor servir à população gaúcha, de mais servidores aprovados em concursos das diferentes áreas. Repito: eu trabalhei com concurso público por mais de 30 anos, sou funcionário público há mais de 40 anos, trabalhei na União, no Estado e no Município, e sei que o serviço público de qualidade precisa ser capitaneado e executado pelo servidor público, pelo envolvimento que se tem a partir do momento que se ingressa na carreira pública. Portanto, meus cumprimentos e o meu desejo que o mais breve possível o nosso querido Governador Tarso Genro nomeie vocês. Isso é bom para o Estado do Rio grande do Sul e é uma necessidade por que clamam o cidadão e a cidadã gaúchos. Um abraço! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver. Airto Ferronato.

---

Quero comunicar aos Vereadores o *e-mail* com o seguinte teor: Convidamos para participar da reunião pública, com a presença dos Vereadores e representantes do Executivo Municipal, a ser realizada no dia 10 de abril de 2014, às 19h, no salão Mirante do Petrópolis Tênis Clube, Rua Faria Santos, 451, Bairro Petrópolis, para discutir e encaminhar a notificação recebida pelos proprietários de imóveis do Bairro Petrópolis relativa à sua inclusão no inventário de bens culturais do Município de Porto Alegre. Essa é uma atividade da Câmara Municipal.

Queremos dizer que foi enviado ofício ao Sr. Prefeito Fortunati, para convidar o Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito do Município de Porto Alegre, que já nos colocou não vai estar na Cidade, por ter viagem ao Exterior, Sr. Roque Jacob, Secretário Municipal da Cultura e equipe do Patrimônio Histórico Cultural; Sr. Cristiano Tatsch, Secretário Municipal de Urbanismo; e o Sr. João Batista Link Figueira, Procurador-Geral do Município. Então, todos os Vereadores estão convidados para essa Reunião Pública. Digo o nome reunião pública, porque não é uma audiência pública, porque não saiu publicação em edital. Mas acho importante a participação dos Vereadores, por ser um tema latente na Cidade.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão aqui, venho a esta tribuna também dizer que a nossa Bancada, do PTB, tem a maior admiração por esta Instituição, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A nossa Bancada vai votar a Moção do Ver. Delegado Cleiton, com certeza absoluta. Mas também quero contestar alguns colegas Vereadores que estiveram aqui nesta tribuna. Por quê? Claro que o Governo Tarso teve algumas conquistas, avanços – isso tem que ser reconhecido –, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, as coisas boas, quando são conquistadas, têm que ser reconhecidas e, principalmente, por nós, que somos Vereadores nesta cidade de Porto Alegre. Então, em nome da minha Bancada, do meu Líder, Ver. Cassio Trogildo; Ver. Paulo Brum, Ver. Elizandro Sabino, venho a esta tribuna... não tenho a procuração deles para contestar... mas, realmente, quando há os avanços que a Polícia Civil conseguiu com o nosso Governador Tarso Genro, isso tem que ser reconhecido, porque, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Mauro Pinheiro, um sonho de

---

---

muitas décadas era desejado por todos os policiais civis deste Rio Grande, e nenhum Governador teve a coragem de dar um helicóptero para a Polícia Civil, e hoje, graças ao trabalho do nosso Governador, a Polícia Civil está bem aparelhada com um helicóptero de primeira linha, Ver. Kevin. Claro que não se conseguiu conquistar tudo que se precisa, mas teve muitos avanços, por exemplo, nas delegacias de homicídios, Ver. Cleiton, o senhor sabe que isso ficou bom para a Cidade, para o Rio Grande. Isso foi uma grande estratégia do nosso Chefe de Polícia, que era o Ranolfo. Quando vejo as coisas acontecerem, e falam que não fazem nada, a gente tem que pensar e olhar bem. Reconhecer o que conquistou. Falam do que não se conquistou, mas tem que reconhecer as coisas boas quando se conquista e principalmente para esta entidade, que, no Brasil, a mais séria é a do Rio Grande do Sul, Delegado Cleiton. Eu tenho uma admiração muito grande pela Polícia Civil porque tenho grandes amigos na Polícia e grandes amigos na Brigada Militar também e visito muitas delegacias. Claro que há delegacias que, às vezes, não estão muito satisfeitas, mas muitas delegacias têm conquistas, receberam novos equipamentos para trabalhar, para atender o público quando precisa fazer a sua ocorrência no seu bairro, na sua rua, por exemplo, lá na Restinga, no Humaitá. Fora isso, queremos ganhar mais, ter mais polícia na rua, ter mais atividade e temos equipamentos bons, de qualidade, Vereador. Nunca se viu tanta viatura da Polícia Civil como se vê hoje e com qualidade, independentemente do Governo que esteja agora. Há alguns anos atrás, quando era o nosso querido Olívio Dutra, eu fui assaltado. Chegaram duas viaturas da Brigada, e, para tirar as viaturas, eu tive que dar a gasolina, quando não tinha que dar pneu também! Então, coisas boas aconteceram nesse Governo sim. A gente tem que reconhecer quando as coisas boas acontecem. Por exemplo, no nosso Governo do Município, nosso Prefeito Fortunati é um Prefeito extraordinário, recebido pela comunidade, Ver. Professor Garcia, no programa Prefeitura na Comunidade. O Fortunati é um verdadeiro herói. Onde ele chega, ele atrai multidões. Assim eu reconheço o bom trabalho ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... Obrigado, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que, pelas nossas conquistas, queremos que chamem imediatamente os aprovados, porque nós precisamos de mais segurança e de mais tranquilidade. E, para isso, o PTB vota com vocês! Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, espero não comprometer sequer os 5 minutos para manifestar o meu apoio à Moção de Solidariedade que o Ver. Cleiton requer e que busca endereçá-la ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, ao Secretário de Segurança, à Associação dos Delegados de Polícia, ao Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, à Servipol, ao Ugeirm, Acadepol, enfim, a todas aquelas entidades representativas da categoria e que se encontram envolvidas nessa luta que pede mais atenção à segurança pública como uma das exigências da sociedade, que necessita de mais policiais.

A Exposição de Motivos que o Ver. Delegado Cleiton é suficientemente sucinta e objetiva para, claramente, justificar o Requerimento. O Vereador, inclusive, de uma forma muito correta, reconhece as dificuldades financeiras do Estado, mas não deixa de acentuar a necessidade de que o Estado fique capacitado, no momento em que isso for possível, a ter profissionais devidamente credenciados – e pelos cursos da Acadepol –, capazes de, com a imediatez devida, preencherem os lugares que, sistematicamente, vão surgindo ano após ano, com as aposentadorias normais que ocorrem dentro da categoria. Se nós não tivermos condições de ao menos repor o número de policiais do Estado, nós estaremos sacramentando, de uma vez por todas, esse crime de absoluta insegurança que, lamentavelmente, ocorre em nossa Cidade, em nosso Estado e em nosso País. Acho que, mais do que nunca, nós precisamos não só renovar os quadros da Polícia Civil do Estado como juvenilizar, com novos valores, que se submeteram ao competente concurso público e que, agora, aguardam, com ansiedade, a oportunidade de se submeterem aos cursos regulares da Acadepol e, com isso, ficarem credenciados para, Ver. Tarciso, com a imediatez devida, serem convocados para o serviço público.

Então, Ver. Cleiton, eu, que lhe disse, no início deste debate, há cerca de uma hora, que achava que era desnecessária uma manifestação nossa, porque é óbvio que todos nós estamos solidários com V. Exa. nesse particular, venho à tribuna para acrescentar, em nome dos Democratas, a nossa solidariedade a sua proposição. A nossa expectativa é que ela produza resultados e que não seja mais uma decisão favorável de um

---

requerimento feito pela Câmara de Vereadores, devidamente aprovado pelos seus integrantes, que caia no vazio, que não produza seus resultados. Queira Deus, Ver. Cleiton, que a sua proposta, que eu acredito que será unanimemente aprovada por esta Casa, produza os efeitos desejados; e que, muito em breve, sensibilizado pela posição dos Vereadores desta Cidade, o Governo do Estado tome essa providência primeira de agilizar a possibilidade da realização dos cursos absolutamente necessários junto à Acadepol e, logo em seguida, se esforce – e, para isso, haverá de contar com a solidariedade da sociedade gaúcha – no sentido de viabilizar recursos pelos quais a Polícia Civil tem um reforço humano absolutamente necessário para o cumprimento das suas obrigações com a sociedade gaúcha, neste momento tão delicado que todos nós estamos a presenciar.

Meus cumprimentos, Ver. Cleiton. V. Exa. não só é o Delegado de Polícia feito Vereador; é o Vereador que, conhecendo as deficiências humanas da Polícia Civil, nos alerta da necessidade de somarmos esforços no sentido de minimizar e, se possível, superar as dificuldades hoje existentes. Meus cumprimentos e o nosso voto solidário, que nem poderia ser diferente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14, pela oposição.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa-tarde aos colegas, homens e mulheres desta Casa, Vereadores, Vereadoras e aos concursados da Polícia Civil e ao público que nos assiste. Quando a gente fala em Segurança pública, Ver. Alberto – e também nos outros temas, não há um tema mais relevante –, com certeza, depois da Saúde, em pesquisa já detectada, é o tema que mais preocupa a população. E aí nós não podemos cair, Delegado Cleiton, nas falácias e no simplismo. No simplismo de achar que para melhorar a Segurança pública, por exemplo, é só armar mais, ter mais viaturas, ter mais recursos para resolver as questões da Segurança pública porque elas são conectadas com uma série de outras políticas que deveriam estar em ação.

Mas eu fui buscar os dados oficiais, para quem gosta de falar em termos de investimentos. E os dados oficiais estão aqui: em 2010, foi empenhado R\$ 1,8 milhão; em

---

2011, R\$ 1,9 milhão; em 2012, R\$ 2,2 milhões; e em 2013, R\$ 2,5 milhões. Então, vejam, é um Governo que cresce em investimentos de Segurança pública.

Há muitos dados que eu poderia trazer, como aquisição de mais de 2 mil viaturas, armas, coletes, mas o meu tempo é curtíssimo. E quero aqui fazer uma ressalva, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, como estou falando pelo tempo de oposição, de que essa pode não ser uma defesa que o PSOL possa fazer, porque eu, realmente, aqui vou falar de dados do Governo mesmo, dados de políticas. Na questão da Polícia Civil, foram criadas seis delegacias de homicídio e proteção à pessoa em Porto Alegre e uma em Canoas. O índice de homicídio foi reduzido em 70%. Olha, eu tenho muitos dados aqui, não tenho por onde começar, mas quero focar, principalmente, nos dados da Polícia Civil. Tenho dados também do IGP. Polícia Civil: criação de 1.541 novos cargos; 5.025 promoções; quase cinco vezes mais promoções de que o período de 2007 a 2010, no Governo Yeda, que a então Secretária Mônica Leal, da Cultura, fazia parte. Bolsa, remuneração, subsídio, aposentadoria especial, qualificação profissional, ingresso de novos servidores, 732 escrivães e inspetores, 48 delegados.

Mas quero me focar aqui num tema: o Governo foi premiado, recentemente, com o Prêmio "GovernArte – a arte do bom Governo", em Washington, pela Segurança pública, em específico a questão da violência contra as mulheres, que essa é uma linha estruturadora das políticas do Governo Tarso Genro. Sobre a criação das patrulhas Maria da Penha tenho dados aqui, posso deixar, Ver.<sup>a</sup> Mônica, à disposição. Também, sobre a Polícia comunitária: em Caxias do Sul, só para vocês terem uma ideia, houve uma redução de 57,1% no índice de homicídios e redução de 31,7% nos roubos a estabelecimentos comerciais. Sobre os Territórios da Paz, que trabalham com a ideia da integração das áreas políticas num único território, temos vários: Porto Alegre, Restinga, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro, Santa Tereza, Canoas, Guajuviras, Harmonia, Esteio, Vacaria, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul.

Meu tempo infelizmente é curto, porque aqui daria muita conversa, mas quero focar aqui, como falei antes, na violência contra as mulheres, na patrulha Maria da Penha, vou ressaltar esta em especial, de tantas que tem aqui. Efetividade na decisão judicial, ou seja, uma patrulha que consegue estar monitorando a decisão judicial, porque não adianta simplesmente afastar, Ver. Krieger, afasta-se o homem do lar, como se, por mágica, o homem não pudesse voltar lá. Então hoje temos a patrulha Maria da Penha,

---

---

que serve para fazer este monitoramento, e já tem resultados efetivos: redução na lesão corporal, redução nos crimes de ameaça, redução de 4,4%; número de estupros, redução em 12,7%; feminicídios, morte das mulheres por serem mulheres, redução de 9,8%. Meu tempo está acabando, mas quero dizer que, na Segurança pública, nós temos que tratar com dados, e os dados estão aqui: maior investimento e resultado efetivos e um outro conceito de Segurança pública que trabalha com a transversalidade e com as pessoas que realmente merecem, e não simplesmente essa ideia, Ver.<sup>a</sup> Mônica, de armamento e repressão. Então, acho que, se nós queremos avançar, vamos fazer um debate mais qualificado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. ALBERTO KOPITKE (Questão de Ordem):** Presidente, eu tenho procurado sempre fazer o debate no conteúdo da política, independente das nossas diferenças, e eu gostaria de pedir, como eu já fiz aqui em outra oportunidade, que a Ver.<sup>a</sup> Mônica retificasse a sua fala quando disse que eu vivo em outro mundo. Eu me senti ofendido de forma pessoal pela forma de ela se posicionar na tribuna, eu gostaria que ela pudesse retificar a sua fala aqui perante os Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/14.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem, vou ser bem breve, porque o que me faz vir à tribuna é que o trem anda. Eu não quero falar de 2013, 2004, mil novecentos e antigamente, o trem está andando. Quero cumprimentar o Delegado Cleiton, os concursados da Polícia Civil, de onde tenho muitos amigos. O meu apoio e o da minha Bancada é simplesmente ao povo de Porto Alegre. A sociedade necessita de mais policiais. Segurança, saúde, educação, isso é que faz uma cidade ser grande, um país ser do primeiro mundo. Não adianta eu vir aqui discutir o que o fulano fez, o sicrano deixou de fazer ou está pensando em fazer. Não. O povo precisa de segurança. A violência é grande não só em Porto Alegre, mas no Brasil todo.



---

Parabéns, Delegado Cleiton! Acho que é o momento de nós, Vereadores, ajudarmos para que Porto Alegre tenha segurança e que todos nós possamos andar dignamente na Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação o Requerimento nº 036/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

**O SR. MÁRCIO BINS ELY (Requerimento):** Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização da votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLL nº 006/14, de autoria do Ver. Dr. Thiago – nós já iniciamos a discussão desse Projeto. Após retornaremos à ordem normal. Obrigado.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, nós temos um processo, que é o de nº 4 na ordem do espelho, que trata de uma questão do DEMHAB. Eu sei que a nossa direção está conosco...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O DEMHAB é o próximo, Vereador.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sim, aí nós votaremos agora o do DEMHAB, e depois inverteríamos a ordem...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não. Aí V. Exa. já está encaminhando. Não é um Requerimento. Vereador, o DEMHAB está na ordem.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** O próximo é o DEMHAB?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** É o que está na ordem. Só que o Ver. Márcio está solicitando uma inversão.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Mas eu, então, estou fazendo uma proposta um pouco diferente.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Mas aí nós vamos ter que votar o Requerimento, Vereador.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Não, não, para ver se ele aceita: primeiro o do DEMHAB e depois o dele.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Mas Vereador, V. Exa. já está encaminhando o Requerimento. Eu não posso fazer isso!

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Vereador, eu proponho o seguinte: que a gente vote o projeto do DEMHAB e depois o Requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Só que tem um Requerimento que apareceu.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 9 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger e do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 006/14.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLL nº 006/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLE nº 004/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 025/14 (Pausa.)

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Desculpe, Sr. Presidente, esse requerimento não estava no nosso acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Estava.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Frente Parlamentar, não, para hoje, não. Eu estou trazendo o acordo da Mesa e eu quero que traga a ata aqui porque esse não foi assinado na nossa ata. Não foi assinado na nossa ata esse aí.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, esse Requerimento está em priorização, e a Diretoria Legislativa me confirma. V. Exa. pode ter um óbice, solicitar que ele seja votado depois. O que foi acordado foi o seguinte: um pacote onde seriam votados todos os prêmios- aquilo já ocorreu -, e aí entrariam os outros que estavam na ordem. O Requerimento do Ver. Márcio não entrou naquele pacote. Foram votados outros projetos, e agora ele está na ordem. Mas V. Exa., como Líder de um Partido, pode fazer alguma observação.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Então, o senhor dá acordo à minha fala inicial de que nós tínhamos feito uma ata com um conjunto de projetos prioritários para ser votado? Esse já se esgotou?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Eu não posso dizer que foi acordado porque não tenho a ata aqui, Vereador.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Mas aquele pacote já se esgotou?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Aquele pacote já se esgotou.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Eu estou me referindo ao pacote. Porque este não estava no pacote.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não estava no pacote.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Nós não temos objeção de seguir o rito normal da Casa. Eu só quero dizer que esse não estava no pacote.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não estava no pacote.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Está bem, Vereador. Em votação o Requerimento nº 025/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade. (Palmas.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum

(17h25min) Encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. DR. THIAGO:** Presidente, peço que fique consignado, inclusive nas notas taquigráficas, que, pela segunda vez, o nosso projeto seria o próximo a ser votado, e que, se esta Casa não quer aprovar o projeto, que se posicione, que discuta, mas que não deixe de analisá-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, quero até falar em cima disso. Na reunião de Mesa, ficou combinado que teria uma ordem, e o seu Partido foi o único que

---

pediu inversão. Há uma ordem que foi combinada, Vereador. Todos os Líderes estão aqui. O Ver. Márcio participou da reunião.

**O SR. DR. THIAGO:** Só um pouquinho, o senhor falou uma coisa, e eu sou obrigado a corrigir nas notas taquigráficas: o meu Líder, Márcio Bins Ely, veio pedir a priorização deste projeto que acabei de falar, não de outro projeto. Quero deixar isso bem claro.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, ele solicitou a inversão de uma ordem que foi previamente combinada entre todas as Lideranças. E é por isso que foi rejeitado. Não é nada contra o seu projeto, mas a favor da ordem, em si.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 101/13.

Passamos à

## **PAUTA**

Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão de Pauta.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, volto aqui para falar em nome da minha Bancada, que é formada por quatro Vereadores: Ver. Cassio “Astrogildo”, Ver. Paulo Brum, Ver. Elizandro Sabino e por este Vereador. Senhores, eu venho aqui relatar o que aconteceu no sábado. E se eu tenho participado da Prefeitura na comunidade, é graças ao meu Líder, Ver. Cassio “Astrogildo”, que na época em que era Secretário me convidou. Ver. Kevin Krieger, quero dizer a V. Exa. do sucesso do trabalho do Secretário do Governo José Fortunati. Eu gostaria de convidar os Vereadores da oposição para participarem, junto, para verem; que fossem junto para verem quando o Prefeito, juntamente com os seus Secretários, é recebido na comunidade. Imediatamente quando um cidadão reclama, o Prefeito manda falar com o Secretário na hora; seja com o Secretário Tarso Boelter – que acompanha –, com o extraordinário Secretário Rafael Fleck – que também trabalhava na SMOV –, que

---

---

substituiu o Secretário Mauro Zacher. Ressalto a importância da Prefeitura na comunidade. E cada vez cresce mais, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, o número de pessoas acreditando e estando junto com o Prefeito e seus Secretários. E lá vão todos os Secretários. Essa é uma inovação do Prefeito, de ir à comunidade juntamente com os seus Secretários, lá no bairro, lá na casa. E lá também estava o Ver. Delegado Cleiton, que sabe do sucesso que o Prefeito faz. Eu gostaria de convidar os outros Vereadores para irem junto ver o quanto este Prefeito é bem-vindo na comunidade, na rua, por onde passa. Isso que não é muito divulgado, pois, se fosse, teria muito mais gente. Quero destacar um Prefeito que realmente faz a diferença no bairro, faz a diferença na rua.

Ver.<sup>a</sup> Sofia, a senhora é Vereadora há um bom tempo, já foi Secretária, já foi do Governo também, e seu Governo não adotou este sistema – aliás, o Fortunati era do PT, na época – de ir ao bairro. Eu nunca tive oportunidade de falar com um Prefeito ou com um Secretário sequer, Vereadora. Agora o Prefeito leva seu time junto, e, se tiver que cobrar, o Prefeito não se esconde, não fica em cima do muro. Eu tenho assistido a muitas coisas boas nas reuniões do Orçamento Participativo, pessoas emocionadas de ver o Prefeito chegar à sua casa, à sua rua, chegar ao comércio... E não é época de campanha! E aí acompanhando o Prefeito, a gente vê que ele realmente faz a diferença nesta Cidade. Por isso, temos que lembrar sempre do nosso querido ex-Prefeito, José Fogaça, que começou, lá atrás, e graças a Deus que os Josés são abençoados por Deus e o nosso Fortunati continua liderando junto às comunidades. Muitas vezes quando o Prefeito é aqui cobrado, mesmo por coisas das quais não se tem certeza, o Prefeito não se esconde. É um Prefeito que anda na rua, no supermercado, vai tomar seu café na galeria, anda na Cidade com sua equipe de secretários – André Carús; Dilda; Everton Braz; Humberto Goulart; nosso querido amigo, Ver. Idenir Cecchim, que fez o maior trabalho de retirada dos camelôs, que hoje têm o seu endereço. Isso, Cecchim, você vai guardar para sempre! Realmente, o senhor foi um Secretário que fez a diferença nesta Cidade!

Então, senhores, a gente tem que olhar as coisas boas que acontecem nesta Cidade. E quando eu acompanho o Prefeito fico muito feliz, Ver. Cleiton, não por estar junto, mas por ver a felicidade do cidadão, a criança, a senhora, o avô, a avó, recebendo o Prefeito, um Prefeito que faz a diferença, um Prefeito que realmente veio para ficar. Por muitos anos as pessoas vão lembrar do Prefeito mais sincero, mais correto e mais certo dessa Cidade!

---

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, eu quero consultá-lo, porque nós discutimos e tiramos um acordo de Mesa que, na votação de quarta-feira, nós postergaríamos, para a próxima segunda-feira, dia 14, a votação do Cicloviário, em função dos diálogos que estão sendo feitos com o Governo em relação aos dois projetos e aos componentes que discutem a ciclovia na Cidade. Isso está ratificado, confirmado? Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Importante, Ver. Eng.º Comassetto, obrigado pela observação. Está acordado, sim, que o Projeto Cicloviário, conforme acordo de Mesa e Lideranças, não será votado na quarta-feira, dia 9, e, sim, na próxima segunda-feira, dia 14. É importante o registro até para a própria imprensa que tem acompanhado e para os cicloativistas.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Tempo Especial.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, eu venho a esta tribuna fazer a prestação de contas das atividades que desenvolvi junto ao Conselho Nacional das Cidades, no período de 24 a 26 de março; bem como da segunda atividade que tive o prazer de coordenar na sequência, de 27 a 29, na Frente Nacional dos Vereadores Pela Reforma Urbana, que ocorreu em Curitiba.

Portanto, o primeiro evento ocorreu em Brasília, a Reunião do Conselho Nacional das Cidades, onde constituímos um conjunto de trabalhos, além da discussão dos quatro comitês que compõem a política nacional de desenvolvimento urbano – habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana, bem como os projetos de desenvolvimento urbano. Primeiro, queria comunicar que foi a primeira reunião que fizemos com o novo Ministro das Cidades, Gilberto Occhi, que assumiu no lugar do ex-Ministro, Aguinaldo Ribeiro. Primeiro, fizemos um novo debate a respeito de papel dos movimentos sociais e toda essa discussão sobre a criminalização dos movimentos sociais. E ficou constituído um Grupo de Trabalho, bem como uma proposta de resolução de valorizar os movimento sociais em detrimento de todos aqueles que não contribuem e que vão às ruas constituir um outro papel, que não é o papel de discutir e contribuir com a democracia. Diante disso,

---

pág. 50



---

também foi feita uma grande discussão, principalmente sobre o comitê de habitação. E, quanto à habitação, eu quero aqui relatar a todos os colegas Vereadores e Vereadoras, principalmente no Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem a meta em 2014 contratar 1.600 milhão moradias. Desse total, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, já estão contratadas, para 2014, 1.059 milhão moradias. Portanto, Ver. Alceu Brasinha, até o final do ano, faltam apenas 550 mil moradias a serem contratadas para o total da meta, um superprojeto de desenvolvimento para o Brasil.

E fizemos toda uma outra discussão, Ver. Kevin Krieger, o senhor que veio hoje falar do papel da assistência social, é a questão da qualificação do Cadastro Único, da relação com os movimentos sociais, da relação dos trabalhos sociais nos empreendimentos habitacionais e de interessante social. Porque, nos primeiros que foram feitos e onde esse trabalho não foi bem feito, as pessoas venderam suas casas, as pessoas não cuidaram daquele empreendimento como se fosse uma célula da sua vida, ou seja, a casa que lhe dá a oportunidade de ter a identidade, um endereço, um bem que é duradouro para a sua família. Aqui em Porto Alegre, temos casos em que o próprio tráfico se instalou nos programas Minha Casa, Minha Vida em que destruíram os equipamentos de convivência social. Situação como essa se repetiu por várias localidades do Brasil. Esse foi um grande debate. Tiramos toda uma resolução da responsabilidade, Ver.<sup>a</sup> Sofia, que tem que ter os Poderes Públicos, as entidades e mesmo os Parlamentos de constituírem o trabalho social para empoderar essas famílias, para dar qualidade de vida aos empreendimentos. Ver. Cecchim, o senhor sabe que a cadeia da construção civil é uma das cadeias que mais movimenta a economia de qualquer local, porque vai desde o mineiro que está tirando pedra ou areia até o acabamento, o pintor, eletricista, encanador, azulejista, pedreiro, carpinteiro. Então, para concluir esta prestação de contas, lá no Conselho das Cidades, e depois também coordenamos, no papel que tenho de Coordenador Nacional da Frente Nacional dos Vereadores pela Reforma Urbana, reunimos, em Curitiba, mais de 200 Vereadores de todo o Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, constituindo o papel do Vereador na política de desenvolvimento urbano. Presidente, vou lhe entregar cópia dos dois relatórios para ficarem arquivados, como sempre fazemos aqui na Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Obrigado, Ver. Comassetto. Esse assunto é de grande relevância, principalmente para Porto Alegre.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro. Eu estou entrando com uma Moção de Solidariedade às professoras, médicas e nutricionistas que estão lutando pelo fim da parceria firmada entre a Secretaria de Educação e a Coca-Cola para realizar o Tour da Taça nas escolas do Município. Eu gostaria de solicitar que muito brevemente possamos votar isso para que não se estimule, infelizmente, por dentro da Educação, o consumo de produtos inadequados. Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Feito o registro, Vereadora.

**O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento):** Eu quero cumprimentar o Ver. Comassetto pelo brilhante relatório de viagem e aproveitamento para pedir verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h44min.)